,

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XI - NÚMERO 55 - BIMESTRAL - 2015 www.ibefrio.org.br



Helio Brasil: o Palácio da Fazenda, da Era Vargas aos 450 anos do Rio Lúcio Flávio de Paiva: reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil Louise Keely, da Nielsen: índice de confiança do consumidor global Francisco Bulhões, da CCR: Sustentabilidade como geração de valor



ESTRATÉGIA ADEQUADA, RESULTADO GARANTIDO



- CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
- ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA
- PERÍCIAS CONTÁBEIS



RIO DE JANEIRO

Rua da Assembléia, 77 - 12° andar Centro - Rio de Janeiro

CEP 20.011-001

Tel.: 21 3231 5900

Fax: 21 2531 9388

SÃO PAULO

Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101 Vila Mariana - São Paulo

CEP 04.101-000

Tel.: 11 5087 8910 Fax: 11 5087 8810

Editorial



Sem equilíbrio e ajustes não há crescimento

ara o economista Ricardo Hausmann, diretor do centro para o desenvolvimento internacional da Kennedy School of da Government - Harvard, o Brasil aproveitou mal os anos de economia externa favorável, abusou da gastança e do protecionismo, não investiu no aumento de

Para Joaquim Levy, ministro da Fazenda, os ajustes precisam ser rápidos e ter o apoio da população, para evitar futuros rebaixamentos, crise cambial e inflação alta. Em outras palavras, as coisas vão piorar antes de melhorar.

Essa é a segunda edição da Revista IBEF em 2015, que vem com artigos, matérias, análises e opiniões de importantes executivos do cenário nacional.

Para finalizar, aproveito para dar os parabéns à Multiterminais e ao Grupo Libra, que com obras e investimento de R\$ 1 bilhão, acabaram de inaugurar a primeira fase de ampliação do Porto do Futuro, no Rio de Janeiro, que quando pronto terá o maior caís contínuo da América do Sul.

Boa leitura! Abril 2015 Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL
OPINIÃO2 Fernando Leal: a tendência de consumo atual é o clube de assinatura. Já faz parte de algum?
CAPA
OPINIÃO
CRÔNICA
INTERNACIONAL8 Diálogo Olímpico e Paralímpico, Jogos Rio 2016.
OPINIÃO9 José Ricardo Noronha: crise, recessão e falta de confiança: como vender mais diante deste cenário?
SUSTENTABILIDADE
NACIONAL
SAÚDE14 Bruna Mello: qual é a diferença entre sal e sódio?

OPINIÃO16
Octávio Barros: medidas do governo para atingir a meta neste ano.
IMPOSTOS
NACIONAL
NACIONAL
NACIONAL
OPINIÃO
OPINIÃO
OPINIÃO30 Lélio Braga Calhau: sete dicas para reduzir suas despesas financeiras.
OPINIÃO32 Lucas Moreira Gonçalves: Lei facilita investimentos estrangeiros no mercado de saúde brasileiro.

NACIONAL33 S&C, tendências do mercado de energia para 2015.
DAY TRADE34 Coluna de informação.
NACIONAL36 O Brasil envelhece e o mercado de idosos só cresce.
INTERNACIONAL37 2014 registra o maior número de fusões e aquisições da história.
INTERNACIONAL38 Confiança do consumidor global.
ESTANTE41 Coluna sobre publicações editoriais.
OPINIÃO42 Paulo Nogueira Batista Jr.: Rio, Brasil, Brics.
OPINIÃO44 Glenn Johnson: automatização e integração do RH.
NACIONAL
JURISPRUDÊNCIA
NACIONAL

Opinião

A tendência de consumo atual é o clube de assinatura. Já faz parte de algum?

Fernando Leal *



A internet tem mudado a maneira de consumir dos brasileiros. De todo o mundo, na realidade. As compras estão a um clique, bastando para muitos ter um computador (notebook ou celular), um cartão de crédito (ou mesmo dinheiro) e a vontade de consumir. As compras online movimentaram, só no primeiro semestre do ano passado, mais de R\$ 10 bilhões, crescimento de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior. E tudo impulsionado pela ascensão da chamada Nova Classe Média. Um dos setores responsáveis por impulsionar o consumo online é o de produtos de beleza. Mesmo com o cenário de forte crise no Brasil, o setor de cosméticos é um dos que conseguirá atravessar o período sem grandes problemas. E com a intenção de muitas empresas estrangeiras de investir no Brasil. Vale lembrar que o Brasil é o terceiro maior consumidor de produtos de beleza do mundo, perdendo para os EUA e para a China

Com um mercado tão robusto e tantas ofertas, as consumidoras estão migrando das lojas, para o mercado online, e integrando os clubes de assinatura, degustando novos produtos. E, mais do que comprar, querem experimentar. E para atender à demanda de degustação, agregando valor às marcas e ofertando uma experiência com informações capazes de ajudar no crescimento das vendas, praticamente um marketing de 360°, os serviços de assinatura de

serviços e degustação de produtos tornaram-se a grande aposta do cenário empreendedor brasileiro. Algumas empresas e experiência já não estão mais no mercado, enquanto outras, continuam crescendo, investindo pesado na fidelização do cliente (clube de vantagens para assinante) e na diversificação de serviços, com cursos e outras ações.

A tendência de crescimento dos clubes de assinatura pode ser atestada na quantidade e diversidade do que é oferecido: café, cerveja, vinhos, produtos para cães e gatos, produtos naturais, produtos de beleza, produtos para mães e crianças e por aí vai. É um mundo a ser explorado, claro, com muito planejamento, visão de longo prazo e muita pesquisa. Enquanto muitos estão começando, outros já fecharam a porta. O importante é não esquecer a opinião do cliente. E também estar antenado com todas as tendências de mercado. Com o mundo globalizado e todos praticamente inseridos e atuantes e suas redes sociais, um atraso ou mesmo um produto entregue sem a menor pesquisa pode gerar um ruído mais que sonoro. É importante ter consciência da voz de quem está comprando o serviço. Diferente de uma loja física, em que as reclamações podem não ser constantes devido a inúmeros fatores (a logística sendo um dos mais recorrentes), os serviços de assinatura estão totalmente conectados com seus clientes, muito ativos nas redes sociais em sua maioria. E você, já faz parte de algum clube?

Financiamento da luta contra a mudança climática: um compromisso assumido pela França

Denis Pietton*

A França preside em 2015 as negociações internacionais a respeito da luta contra a mudança climática. Ela não medirá esforços para que a COP 21, que acontecerá em Paris no mês de dezembro, resulte em uma "Aliança de Paris" que permitirá manter o aquecimento do planeta abaixo de 2°C. A questão do financiamento da luta contra a mudança climática será, a propósito, um dos seus pilares.



que consistem na emissão de título para o clima, no valor de um bilhão de euros, destinados a apoiar o investimento em favor de uma transição eficaz e sustentável para uma economia com baixo consumo de carbono.

A FRANCA E A PROMOCÃO DOS FINANCIAMENTOS INOVADORES EM FAVOR DO CLIMA



O Fundo Verde para o clima, cuja primeira capitalização permitiu atingir 10,2 bilhões de dólares – para a qual a qual a contribuição da França foi de 1 bilhão - será crucial para dar confiança e mobilizar os investidores privados. Além disso, o "financiamento para o clima" em longo prazo deve também ser

reforçado e esclarecido, a fim de permitir uma maior visibilidade e a realização de investimentos em prol de uma economia de baixo carbono

âmbito do seu plano estratégico de desenvolvimento 2012-2016, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) se comprometeu em destinar 50 % das suas concessões financeiras anuais realizadas nos países em desenvolvimento a projetos em favor do clima (30% para a sua subsidiária "setor privado" Proparco). Dois anos após a sua adoção, a AFD continua implementando essa estratégia com sucesso, tendo destinado, em 2013, 2,4 bilhões de euros a 77 "projetos clima" (projetos de desenvolvimento com co-benefícios em matéria de luta contra a mudança climática). Vários desses projetos envolvem o Brasil, onde a AFD estabeleceu parcerias sólidas com os bancos de desenvolvimento BNDES e BDMG – para promover os investimentos em energias renováveis, a eficácia energética e os transportes não poluentes.

Além disso, no que diz respeito ao desenvolvimento de novos mecanismos financeiros, a AFD lançou no final de 2014 "obrigações verdes" (climate bonds),

Há vários anos, a França promove, em diferentes instâncias internacionais, os financiamentos inovadores para o desenvolvimento enquanto mecanismos de financiamento complementares às fontes tradicionais, e que colaboram para o desenvolvimento. Esses financiamentos já mostraram sua importância na área da saúde e da educação, e poderiam contribuir, junto a outras fontes, para atingir o objetivo dos 100 bilhões de dólares por ano a partir de 2020, destinados à luta contra a mudança climática.

A França dá ênfase principalmente à taxa sobre transações financeiras (TTF) e aos instrumentos de mercado nos transportes aéreos e marítimos internacionais:

Uma taxa sobre as transações financeiras possibilitaria a arrecadação de recursos consideráveis. A TTF francesa, adotada dia 29 de fevereiro de 2012, deve fornecer um modelo que permita uma universalização do mecanismo. Uma parte do produto dessa taxa será consagrada ao Fundo Verde para o clima. A nível europeu, as discussões sobre a implementação de uma TTF europeia destinada a alimentar, em parte, o orçamento da União europeia progridem.

A França também apoia uma tributação do carbono (taxação ou sistema de cotas) nos transportes aéreo e marítimo internacionais para reduzir de forma eficaz, no plano mundial, emissões em forte crescimento nesses setores, e gerar recursos importantes que seriam usados em favor do clima. A última Assembleia geral da Organização da Aviação Civil Internacional concordou com a negociação em 2016 de um sistema mundial baseado no mercado, que entraria em vigor em 2020.

Tesouro - O Palácio da Fazenda da Era Vargas aos 450 anos do Rio de Janeiro

Hélio Brasil e Nirveu Cavalcante *

Carvalho Hosken, Caixa, Ipiranga, TopDown Sistemas e Lopes, Machado-BKR são os apoiadores do livro de arte que conta a história dos 70 anos do Palácio da Fazenda no Rio de Janeiro.



Ao sermos convidados a preparar a pesquisa e o texto para o livro que registrará a presença e a gênese do edificio do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, exultamos. Não apenas como arquitetos, urbanistas e cidadãos brasileiros vivendo na bela cidade carioca, mas como observadores das transformações históricas ocorridas na encantadora urbe — o que nos faz chorar e sorrir, em curioso jogo alternativo de "estados de espírito". As peripécias dos concursos públicos e seus meandros - nem sempre ortodoxos - que fizeram surgir notáveis edificações no Rio desafiaram nossa curiosidade. E, de fato, a pesquisa daqueles labirintos revelaram aspectos novos e emocionantes.

Mesmo não sendo nossa primeira experiência em juntar conhecimentos e de mitigar a ânsia de melhor

conhecer a cidade em que vivemos, experimentamos outras alegrias. A presença de Mário Aizen como prefaciador do trabalho, além de motivo de orgulho, é a satisfação de ter ao nosso lado um importante pesquisador do Rio de Janeiro. A vida dos bairros cariocas, do nascimento ao apogeu, passando por momentos cruciais da evolução urbana, já foram abordados por Aizen em outros trabalhos que, por colocar-se discretamente no miolo das equipes, não lhe renderam a devida atenção. Ao nos prefaciar, Mario Aizen aborda a condição quase fabulosa do morro eliminado, que mesmo perdida a fama, perpetuou-se no mítico nome: Castelo, lembrando a fortificação lusitana em torno da qual o Rio se espraiou.

Gratos e honrados pelo convite, devemos parabenizar os cinco patrocinadores que proporcionaram a confecção desse livro de arte, que foi escolhido como um das obras oficiais do Comitê Rio 450 anos."

Não bastasse este desvanecimento, eis que a apresentação coube a um dos arquitetos com maior contribuição à cidade: Augusto Ivan, dono de um trabalho amadurecido sobre o patrimônio arquitetônico acumulado nos séculos de vida da urbe carioca, que nos honrou com sintética e densa apreciação.

A busca do "Tesouro", significativa nomenclatura que advém do Erário Régio criado pelo arguto príncipe regente, D. João, aqui chegado em 1808, foi para nós árdua e saborosa aventura.

Os autores perceberam que não bastaria contar o assentamento do edifício do Tesouro na grande esplanada resultante da erradicação, nos idos de 1920, do morro do Castelo. Fundiam-se aos mesmos escopos referentes ao país, conflitos e percepções divergentes do que fossem passado, presente e, sobretudo, futuro da arquitetura e do urbanismo. Emergíamos de um primeiro período republicano que escarnecia o emperrado império sem conseguir, contudo, desfazer os "nós cegos" da produção agrícola e industrial. Um país essencialmente agrícola perdera sua força motriz: os músculos dos negros escravos. Por outro lado, estes mesmos escravos, aparentemente, não se ajustavam às exigências da "era da máquina". A vida até então bucólica das fazendas recebeu, inicialmente, a visita do trem com seu apito anunciador do mundo moderno. E o progresso da cidade foi orlado pelos rastros da fumaça dos carros e das indústrias. As respostas eram dadas em diferentes campos: nas ciências, nas novas tecnologias e (para surpresa de alguns) nas artes. E a arquitetura, tangida por ventos europeus e americanos, buscou novas formas de expressão e, quase de maneira estouvada, simplesmente entrou em conflito com os cânones "clássicos". O dualismo entre o "ecletismo" vigente e o "futurismo" das novidades que ecoaram antecipadamente na literatura (a badalada "Semana de Arte Moderna") produziram guerrilhas intelectuais e obras de qualidade inesperadamente tornadas motivo de orgulho para a cultura brasileira. Neste rodamoinho trabalhamos sobre o confronto

entre o Ministério da Educação e Saúde (hoje Palácio Capanema) e o Ministério da Fazenda – de fato, dois dos ministérios criados ou recriados sob o governo ditatorial de Vargas. São acontecimentos que em boa medida sintetizam a dinâmica processada no século XX ao lidar com a herança de fortes transformações a partir dos iluministas dos 1700 e drenadas pelos avanços do século XIX.

Uma pesquisa árdua nos permitiu resgatar a figura do engenheiro Ary Azambuja, homem de confiança do então ministro Souza Costa e, acima de tudo, lançar uma iluminação especial no arquiteto que concebeu a instigante forma do Ministério da Fazenda, Luiz Eduardo de Moura, quase ignorado no processo, mas a quem se deve a originalidade da obra e a coordenação dos trabalhos complementares, "decorativos" (na época, um insulto para os modernistas), a cargo de artistas notáveis: Humberto Cozzo, Paulo Werneck, Leão Velloso e Oreste Fabbri. Demos o merecido destaque á presença de Moura (como era chamado) e a dos artistas em torno dele agrupados e que fizeram surgir obra merecedora do respeito e admiração da cultura brasileira. Afinal, Moura foi um "acadêmico" (na época quase um xingamento) que se mostrou aparelhado para enfrentar o desafio de usar a linguagem simbólica da arquitetura e atender á encomenda feita pelo poder. E o fez com maestria.

Gratos e honrados pelo convite, devemos parabenizar os cinco patrocinadores que proporcionaram a confecção desse livro de arte, valorizado pelas imagens captadas por Celso Brando e apresentado por apaixonados pela terra carioca. E, acima de tudo, fixar o difícil momento do "parto" de um belo monumento arquitetônico da nossa cidade.

Vozes sem rosto no Palácio da Fazenda

Sou sujeito a estranhos e obsessivos sonhos. Quase nonagenário, tive e tenho muito, muito tempo para sonhar. Em matemática barata e descontando noites de farra e os muitos serões no batente, tenho umas 260 mil horas de sono. Em consequência, de sonhos. Pois, não é que sonhei com o monumental prédio onde trabalhei por quase uma vida? E foi sonho tão real que odores e sons de épocas mortas comigo despertaram. Esvaíram-se sob a chuveirada matinal a que me submete meu acompanhante profissional (como se chama, mesmo?).

Fui funcionário da Fazenda desde o final dos anos de 1940. Cruzei, vezes sem conta, sua colunata grega, seus saguões, salões e saletas quando ainda construção recente, orgulhosa e fervilhando de gente engravatada e até enchapelada. Deixei de ir para Brasília por um triz e, servindo nos atapetados gabinetes, dono de chaves de memória que os computadores desmoralizaram, prestei a ministros sisudos ou sorridentes, atléticos ou gordinhos, serviços inestimáveis. Leis, portarias, decretos, memoranda, papéis que se ocultavam em desvãos de móveis e gaveteiros de aço, jamais se esconderam de minha memória de bom burocrata. Seus títulos e seus números encaixavam-se em meus miolos e eu os ditava para os perplexos senhores. E me faziam justiça, não nego... Aprendi um oficio quase extinto: Taquigrafia! E não me falem dos modernos gravadores. Eles falham, falhavam, meus ouvidos jamais e as criptografias das reuniões sempre eram buscadas comigo, sob súplicas e pedidos carinhosos. O que disse sua excelência o senhor ministro? O que teria dito o grave diretor?

Ganhei elogios em relatórios e nos discursos natalinos. E a inveja que me cercava era bem menor do que o carinho que me dedicavam. Era eu um cofre (diziam) de informações ocultas e, talvez, indispensáveis... Só tive intencional amnésia nos anos de chumbo, que de tão pesados, soam como pesadelos.

Não sabia, não ouvia e pouco falava... Como todas as pestes, aquela se foi, deixando sequelas. Que cicatrizem, feias que são.

Os anos passaram. Despachos em calhamaços amarelados, achaques. Cabelos brancos, depois ralos. Aposentadoria e o adeus comovido nos corredores. O novo século chegará e me verá em casa, contemplando paredes e retratos nelas pregados. Um ou outro sobrevivente me liga, um alô comovido e troca de deslembranças.

Pois fui informado de que o edificio do Ministério da Fazenda, lá no Centro será tombado pela Prefeitura. Ah, afinal reconheceram que tem história. E quantas! Quando inaugurado, em 1943, eu já comemorava os meus 18 anos, sem festas e outras lantejoulas. Sozinho no mundo, ao contrário do velho Palácio, meus recantos e corredores sentimentais, meus salões e antessalas sempre restaram vazios. Um tanto penumbrosos. Já o provecto ministério, quando nele cheguei, fervilhava de histórias, limadas e polidas pelo tempo. Espero que seus belos florões, relevos e painéis sejam regenerados, o que os técnicos chamam de restauro.

Hão de me classificar, no todo, como démodé, mas sem amarguras, enquanto o Palácio – todos sabem – ainda guarda vigor, e me deslumbram seus mármores e granitos, e seus bronzes que um leve passar de feltro os fazem brilhar como novos. Dentro dele cabem mil e uma histórias, nos compêndios de sua rica biblioteca, nas estantes adensadas do Museu produzido pelo amor dos que conhecem sua alma.

Volto ao sonho. Sozinho, eu dirigia um ágil helicóptero, sobrevoando a Esplanada do Castelo, avistando do alto o que sobrou de sua história. Eis que vejo o ministério – o Palácio da Fazenda – e para lá comando a aeronave. Pousei sem problemas no terraço em meio dos jardins do passado, como permite a improbabilidade dos sonhos. Lá estavam os painéis

que me encantavam nos primeiros anos de existência. E, comovido, fui revendo as alegóricas obras de arte. Eufórico com a revisita, busquei o interior do andar e quase aos saltos, lépido como permite a vida onírica, desci a maravilhosa escada que sempre me lembrou um túnel do tempo. Na passagem era saudado pelas colegas, tão jovens, perfumadas, sobracando suas agendas onde, atentas secretárias, pontuavam as responsabilidades de seus superiores. Cruzei em voo o Salão Nobre. Cheguei ao gabinete do ministro e lá encontrei, em animado debate, os doutores Souza Costa (que abandonara a moldura onde posava), Lafer, Aranha, Gudin, Campos, Lopes, e tantos mais que os perdia de vista. Inundava a cena o cheiro do charuto de Santiago Dantas. Juntei-os no sonho, à revelia do tempo! A mesa coalhada de xícaras de cafezinho, copos de água e papéis rabiscados atestava o encontro com a eternidade. Aplicado sobre os lambris de jacarandá, um grande mapa do Brasil em três dimensões, mostrando seus mananciais, seus vales, florestas e urbes formigantes de gente cabocla. Souza Costa ergueu-se enlaçando meu ombro e, sorridente, mas enérgico, exigiu: "Quero a ata desta reunião amanhã na minha mesa, antes das 8 horas!". Então voltou solene para a moldura do seu colorido retrato.

Súbito, só me chegavam os ecos das vozes, os discursos inflamados. Restei sozinho no imenso gabinete, diante de uma velha máquina Smith Corona, papéis taquigrafados, resmas de papel ofício e as indispensáveis folhas de papel carbono, tal como o remoto dia em que cheguei ao ministério. Clipes, grampos, "mata-gatos" espalhavam-se sobre o tampo de uma escrivaninha. Haviam se esvaído daquele espaço os notáveis mandatários. Teriam voltado às suas nuvens da história. Revi minha derradeira mesa, já dos anos 90. Ainda inteiro, o porta-retratos com a imagem da dupla, Bebeto e Romário, embalando o tetracampeonato nos Estados Unidos. Ao lado, a caquética máquina de escrever e seus tipos enferrujados.

Quase em pânico (o sonho ameaçava tornarse pesadelo) me vi, de novo, descendo as escadas, aos saltos, sem saber o que buscava, e os demais funcionários me advertindo: "Corre! Corre! O tempo está passando!" Desprezei os elevadores e suas pesadas portas metálicas que abriam e fechavam devorando e vomitando pessoas. Contribuintes, fiscais, despachantes e uma coorte de contínuos abraçados a pastas, livros de encadernação robusta barravam meu caminho, obrigando-me a dar saltos entre andares, varando os espaços, esbarrando em lustres, derrubando móveis...

Ofegante, cheguei ao térreo iluminado pelos luzentes lustres. Cruzei sua portada. Junto a imponentes colunatas deparei-me com Getúlio Vargas conversando com Tancredo Neves, sentados ambos em confortáveis cadeiras de vime observando a tranquila Avenida, vazia como se vivêssemos um feriado pátrio. O gaúcho de São Borja sorvia um chimarrão entre sorrisos e o mineiro de São João del-Rei provava pães de queijo em uma bandeja, com a placidez das alterosas. Parei diante deles, nas mãos um calhamaço (talvez os rascunhos taquigrafados da estranha reunião) e perguntei: "O que devo fazer, excelências?"

Acentuando o sotaque e com certa bonomia, Getúlio sentenciou: "Ora, meu guri... Aguarda com calma o futuro. Um computador logo chegará à tua mesa, tchê!" Tancredo apenas balançou a cabeça concordando e continuou na mágica mastigação.

O sonho assim terminou. Despertei confuso e só então retornei à realidade de meu quarto, o acompanhante (cujo nome não consigo lembrar...) ressonando no leito ao lado, a lâmpada mortiça à entrada do banheiro, a pera da campainha ao alcance de minha mão. Entreguei-me às lembranças. Há muito não visitava o imponente Palácio da Fazenda, pois a "minha gente" (como eu os chamava) já desertara do mundo.

Eu deixara a repartição muito antes das inovações, boas décadas passadas. duas ou três, sei lá... Não saberia usar um computador, menos ainda dirigir um helicóptero, nem datilografar relatórios, pois dedos mais ágeis, de polidas unhas disto se encarregavam. Mas duvido que minha memória fosse posta em questão.

Eu fui a derradeira agenda viva taquigrafada!

Diálogo Olímpico e Paralímpico marca o pouco que falta para os Jogos Rio 2016

Governo Britânico promove a terceira edição da série de conferências anuais que visam a cooperação entre brasileiros e britânicos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

O Diálogo Olímpico e Paralímpico, promovido anualmente pela Missão Diplomática Britânica desde 2012, é uma oportunidade para expandir a troca de conhecimentos e compartilhar o legado dos Jogos de Londres com os organizadores dos Jogos do Rio. Na terceira edição, realizada em março no Palácio Guanabara, ocorreu seis sessões de seminários temáticos, com a participação de membros da Autoridade Pública Olímpica (APO), Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Empresa Olímpica Municipal (EOM), Comitê Organizador Rio 2016, Secretarias Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro.

À noite, o embaixador britânico no Brasil, Alex Ellis, recepcionou os convidados para um coquetel no Clube dos Caiçaras e anunciou a parceria oficial entre a Universidade de Loughborough e a Associação Olímpica Britânica para oferta de vagas nos cursos de pós-graduação exclusivas para brasileiros, por meio do programa de bolsa de estudos Chevening. Os cursos podem ser nas áreas de organização de grandes eventos ou gestão de esportes.

O Diálogo Olímpico e Paralímpico celebra a parceria entre os dois países, Reino Unido e Brasil, e marca também a contagem regressiva dos dias que faltam para a abertura das Olimpíadas em 2016. "Quando o assunto é a organização de um mega evento esportivo, cada dia conta", afirma o embaixador. "Desde 2012, quando realizamos os Jogos de Londres, o Reino Unido trabalha em estreita parceria com os órgãos envolvidos na organização das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016. Esta é a primeira vez na história que governos de duas cidades-sede trabalham de maneira tão próxima", completa.

Os seminários do "Diálogo" contaram com a participação de especialistas de alto nível ligados



à organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres. Foram debatidos temas como mobilidade urbana, assistência médica, segurança, engajamento de diferentes públicos com os Jogos, entre outros. Dentre os palestrantes que se destacaram tivemos o consultor sênior na área de Cerimônias, Cultura e Educação do COI (Comitê Olímpico Internacional), Bill Morris, o chefe de Saúde Global da Agência de Saúde Pública da Inglaterra, Dr. Brian McCloskey, e a chefe de imprensa do Gabinete do primeiro-ministro britânico, Nicola Hudson.

Os palestrantes representam a sólida reputação do Reino Unido na organização de grandes eventos esportivos, não só as Olimpíadas e Paralimpíadas de Londres 2012, mas também os Jogos da Commonwealth Glasgow 2014 e a próxima edição da Copa do Mundo de Rugby, que será realizada em setembro de 2015 em 12 cidades-sede espalhadas pelo Reino Unido.

Presente em mais de 60 países, a campanha GREAT Britain foi lançada no Brasil em 2012 com a presença do Príncipe Harry. O objetivo é divulgar o que o Reino Unido tem de melhor para atrair oportunidades nas áreas de negócios, educação e turismo. Para isso, a GREAT está apoiada em diferentes pilares que destacam as áreas de expertise britânica, como: tecnologia, inovação, cultura, legado esportivo, música, sustentabilidade, criatividade e empreendedorismo.

Crise, recessão e falta de confiança: como vender mais diante deste cenário?

José Ricardo Noronha*

Este ano de 2015 tem tudo para ser um dos mais desafiadores para a vida de quem vende. Presidentes, diretores e profissionais de empresas de diversos portes e segmentos têm compartilhado comigo suas preocupações sobre o que precisa ser feito para vender mais, com menos recursos e melhor que os concorrentes (a chamada "Estratégia dos 3 Ms").

Não me atrevo a dizer que tenho todas as respostas, mas muito humildemente procuro trazer minha contribuição que aqui compartilho com vocês. São 3 grandes pilares que se fazem ainda mais essenciais em períodos como os que agora vivemos:

 Atendimento ainda é um diferencial competitivo importante: por mais incrível que possa parecer, ainda são poucas as empresas e profissionais que oferecem um atendimento espetacular aos seus clientes e respectivos mercados-alvo. O resultado disso: clientes cada vez mais exigentes têm sido cada vez menos fiéis e leais às marcas, muito em virtude da pouca atenção e carinho que lhes é dado.

Sim, em momentos mais duros como os que agora vivemos, ações simples e que infelizmente têm sido tão negligenciadas são ainda mais fundamentais. Entre elas cito a cordialidade, o cuidado extremo com os detalhes, a preocupação legítima em entender o que o cliente realmente precisa e a real prontidão em ajudar e servir.

Minha dica de ouro: teste você mesmo como anda o atendimento ao cliente da sua empresa. Se os serviços que vocês têm oferecido forem ruins, tenha a certeza de que 2015 será ainda mais desafiador. Lembre-se sempre que a missão das grandes empresas e dos grandes profissionais é transformar seus clientes em fãs. E isso só acontece quando se tem um atendimento espetacular, surpreendente e 100% focado em gerar experiências inesquecíveis e memoráveis a todos os seus clientes.

2) Treinamento será ainda mais fundamental agora: vender em tempos de economia mais robusta e de confiança do empresariado em alta não é tarefa das mais difíceis. Duro mesmo é vender em tempos mais desafiadores, como neste singular ano de 2015. E para vender mais e melhor, se faz necessário incrementar o repertório de técnicas, habilidades, conhecimentos, comportamentos e atitudes de vendas dos seus profissionais e dos seus líderes. Isso porque, se eles continuarem fazendo as coisas que sempre fizeram, será quase impossível incrementar as vendas em relação aos anos anteriores.

Não custa lembrar um dos mais preciosos ensinamentos do gênio Albert Einstein: "Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes". Especialmente em tempos de "crise", invista vigorosamente no treinamento e na capacitação dos seus profissionais.

3) Em tempos de desconfiança, saiba vender confiança: tenho feito palestras e cursos no Brasil todo e, por onde passo, sempre pergunto quem hoje confia nas mais importantes autoridades políticas do nosso país. O feedback instantâneo é assustador: em média, menos de 5% das pessoas acreditam nos nossos políticos. E é aqui que eu quero lhe convidar para uma importante reflexão: se a economia vai mal, muito em virtude de uma crise institucional e de confiança, o que precisamos fazer para vender mais e melhor?

A resposta pode soar um tanto quanto simplória, mas é bastante contundente: saiba vender confiança! Aliás, vale lembrar o excelente best-seller "A Velocidade da Confiança", de Stephen M.R. Covey, publicado no Brasil pela Editora Elsevier. A obra diz que quão maior é a confiança nos relacionamentos, maior é a velocidade com que as coisas acontecem (ou seja, ciclos de vendas mais curtos) e menor é o custo (menor CAC – Custo de Aquisição de Cliente). E, ainda, quão menor é a confiança, menor é a velocidade e maior o custo.

Venda confiança, aumente a velocidade com que as coisas acontecem e reduza o custo de aquisição de clientes. Ao fazer isso, você já terá um diferencial competitivo muito difícil de ser batido.

Grupo CCR destaca sustentabilidade na geração de valor com relato integrado



A comunicação transparente de resultados em relatos integrados é tendência mundial e o Grupo CCR fortalece seu compromisso voluntário nesta vanguarda. Pelo segundo ano consecutivo, entregamos o Relatório de Administração e o Relatório Anual e de Sustentabilidade protocolados conjuntamente na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 2013, a CCR foi convidada a integrar grupo piloto de empresas do Conselho Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês IIRC). Em 2014, o IIRC convidou a CCR para ser frontrunner e compartilhar experiências para motivar outras empresas no mercado nacional. Também no ano passado, a CCR venceu a categoria Relato Integrado do prêmio Época Empresa Verde. Em um mundo cada vez mais competitivo, a pergunta "por que tenho de fazer isso?" cede lugar para "o que perco por não fazer?".

Desde 2003, o Grupo CCR vem conduzindo um amplo programa de investimento social privado, e em 2011 a Sustentabilidade foi incluída nos Objetivos Gerais e Diretrizes da empresa. Ao longo de 12 anos, o Grupo CCR investiu mais de R\$ 160 milhões em

projetos sociais, educativos, culturais, esportivos e de sustentabilidade. Só em 2014 investimos em 136 ações que beneficiam mais de um milhão de pessoas em cerca de 170 municípios e que contribuem para o desenvolvimento sociocultural das regiões onde a companhia atua. A lista inclui Estrada para a Cidadania, Estrada para a Saúde, SacoLona, a especialização em atendimento pré-hospitalar com o Hospital Albert Einstein, Centro de Pesquisas Rodoviárias, e Estrada Sustentável. Só para citar alguns.

Fazer parte desse movimento global pioneiro reforça o compromisso da CCR com a transparência em suas ações, no relacionamento com os seus diversos públicos, na Governança Corporativa e na estratégia de crescimento qualificado, trabalhando de forma integrada a gestão financeira, social e ambiental de olho no futuro.

O Relato Integrado é a evolução na excelência em gestão das empresas e é questão de tempo até se tornar exigência formal do mercado. Até lá, a CCR já terá pavimentado seu caminho, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua.

Há dois anos o Grupo CCR, em parceria com a Corporación Quiport, assumiu a operação do Aeroporto Mariscal Sucre, em Quito, no Equador, e fez o desenvolvimento e a excelência do aeroporto decolarem. Em 2014 ganhamos o prêmio de Melhor Aeroporto da América do Sul, no World Travel Awards, e fomos eleitos como o segundo melhor Projeto Operacional no Prêmio P3. Neste ano, o aeroporto entrou para o seleto ranking do Conselho Internacional de Aeroportos (ACI) entre os 10 melhores do mundo que recebem até 15 milhões de passageiros/ano. Para o Grupo CCR, é um grande orgulho sermos reconhecidos em tão pouco tempo. Quando se trabalha com seriedade e paixão, o tempo realmente passa voando. www.ccr.com.br

É por aqui que a gente chega lá.



Energia solar térmica tem custo 75% menor que energia elétrica



Quatro vezes mais barata que energia elétrica, a energia solar térmica ganha espaço nos quesitos energias renováveis e eficiência energética, além de contribuir com a matriz energética, ser de baixo investimento, não agredir o meio ambiente e apresentar benefícios financeiro a todos no país

O Dasol - Departamento Nacional de Aquecimento Solar da Abrava - Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento chama atenção para a crise da energia elétrica e o expressivo aumento das tarifas. O uso da energia solar térmica pode contribuir com o setor elétrico e proporcionar economia direta para o consumidor sem deixar de lado o conforto e bem estar. O kWh de energia solar térmica tem um custo de cerca de R\$ 0,13 contra o de energia elétrica que é de R\$ 0,55, uma proporção de 4 por 1. E, para que o consumidor se proteja das altas tarifas o Dasol sugere a utilização de energia solar térmica para aquecer a água do banho, torneiras e piscina.

Para o presidente do Dasol, Luís Augusto Mazzon, "o ano de 2015 se inicia com a introdução das bandeiras tarifárias de energia elétrica, que sobretaxam em R\$ 3,00 a cada 100 kWh de consumo, e com reajustes anuais previstos de até 40%. E nos termos de uma solução, de um lado temos a declaração do Ministro de Minas e Energia, de que será importante que as

pessoas economizem energia, frente aos problemas que o setor elétrico enfrenta com a falta de chuvas, associado aos altos custos de operação das usinas termelétricas. De outro lado estamos oferecendo uma energia quatro vezes mais barata que a energia elétrica "

Comparando o custo beneficio da utilização da energia solar térmica com a energia elétrica para o aquecimento de água para o banho, temos o custo do investimento em aquecimento solar, com valores de instalação e operação que resulta em tarifa equivalente de R\$ 0,136 por kWh e sem variações por até 20 anos, que é a vida útil do equipamento, enquanto o custo de energia elétrica é de R\$ 0,55 por kWh, com impostos, e, ainda, devendo-se somar as bandeiras tarifárias e novos aumentos nos próximos anos. A conclusão é que o custo da energia elétrica é cerca de 4 vezes superior ao aquecimento solar, que proporciona geração de energia térmica gratuita, descentralizada, em abundância, entre outras. Para o Dasol, não há mais o que esperar-se para a adoção de um uso maciço dessa tecnologia.

Para neutralizar os impactos no bolso do consumidor, considerando que a geladeira, o ar condicionado e o chuveiro são os 3 eletrodomésticos responsáveis pela maior fatia da conta de energia residencial, será

Do ponto de vista do governo, os Sistemas de Aquecimento Solar tem sua contribuição ao sistema elétrico, considerando que cada milhão de aquecedores solares instalados libera e poupa 380 MW das usinas termelétricas, que além de caras, geram gases poluentes.

preciso ir além das dicas de economia tradicionais, e adquirir equipamentos que eliminam parte expressiva do uso da energia elétrica, como a utilização do aquecedor solar para o banho.

ENERGIA SOLAR NO CHUVEIRO

Em se tratando do chuveiro elétrico, uma família que tenha 5 banhos por dia de 8 minutos, no total de 40 minutos de banho por dia, o consumo médio mensal ao longo do ano será de 87 kWh/mês de energia.

Como exemplo de benefício na substituição do tipo de energia no chuveiro, a substituição de energia elétrica por energia solar térmica para o uso do aquecimento da água do banho em uma residência que têm em média um consumo de 270 kWh/mês, com a implantação do aquecedor solar a mesma deixaria de consumir cerca de 70 kWh/mês, 840 kWh/ano, o que correspondente a uma economia média de R\$ 660,00/ ano considerando-se as tarifas atuais, e de R\$924,00/ ano se considerado o aumento de 40% a ser dado ainda em 2015.

De acordo com o Dasol, com a economia gerada pelo uso do aquecedor solar, o valor economizado em dois anos e meio pagaria o investimento no sistema de aquecimento solar, de cerca de R\$ 2.000,00 para um produto que atende a uma residência com 4 a 5 pessoas, e ainda com uma economia financeira na ordem de R\$ 11 mil reais, considerando a tarifa atual, que será gerada nos anos restantes de um total de 20 anos, tempo de vida útil estimada de um equipamento solar térmico.

E, se houvesse um mecanismo com taxas diferenciadas de financiamento motivado pelo governo para aquisição do aquecedor solar, como por exemplo, o parcelamento de 36 vezes, a prestação

mensal seria menor que a economia de energia elétrica gerada em cada mês.

EQUIVALÊNCIA DE CONFORTO

Com o aumento do consumo de energia elétrica, falta de água e calor, uma solução seria o redirecionamento de energia elétrica economizada com o uso da energia solar térmica para o uso de aparelhos de ar condicionado, item de conforto e necessário, que consome em média a mesma equivalência de energia. Como exemplo, um aparelho pequeno de ar condicionado de 9000 BTU/h, ligado por 8h/dia, somaria no final de um ano um consumo de 915 kWh. No chuveiro elétrico, o consumo no final de um ano são pelo menos outros 1.044 kWh.

O USO DA ENERGIA SOLAR TÉRMICA PELO GOVERNO

Do ponto de vista do governo, os Sistemas de Aquecimento Solar tem sua contribuição ao sistema elétrico, considerando que cada milhão de aquecedores solares instalados libera e poupa 380 MW das usinas termelétricas, que além de caras, geram gases poluentes.

Para o Dasol, a instalação de 4,35 milhões de aquecedores solares teria um efeito equivalente a anular o elevado crescimento do consumo de energia do setor residencial de 2012 a 2013, de 7250 GWh. Potencial e caminhos para isso há de sobra: desde o uso agressivo no Programa Minha Casa, Minha Vida ao aumento da divulgação do equipamento para o público em geral. E tecnologia, matéria prima nacional e capacidade para produzir os equipamentos o Brasil tem tudo.

Cálculo com tarifa de energia elétrica de R\$0,39/kWh e ICMS de 25% para 270 kWh/mês e 12% para 200 kWh/mês.

Qual é a diferença entre sal e sódio?

Bruna Mello *

Muitas pessoas se confundem e não sabem a diferença entre sal e sódio. O sódio (NA) é um mineral que tem diversas funções no organismo, como equilíbrio entre os fluidos celulares e extracelulares. Atua na transmissão de impulsos nervosos em todo o corpo, permitindo o funcionamento do cérebro e o controle de nossas funções vitais mas, em excesso, é prejudicial à saúde, leva à hipertensão arterial, perda de cálcio na urina, edemas.



Ligado ao cloro (Cl), outro mineral, forma o cloreto de sódio (NaCl), que é o usual sal de cozinha. Os cristais de cloreto de sódio contêm 39.337% de sódio e 60,663% de cloro. O sal de cozinha é o alimento que contém mais sódio. É importante saber que o termo sal é de uso genérico em química, e nem todos os sais contêm sódio.

O sódio está presente na maioria dos produtos industrializados, mesmo nos de sabor doce. Para aumentar a confusão, o sódio não está apenas em alimentos salgados, mas também em conservantes (nitrito de sódio e nitrato de sódio), adoçantes (ciclamato de sódio e sacarina sódica), fermentos (bicarbonato de sódio) e realçadores de sabor (glutamato monossódico).

Uma pesquisa publicada no ano de 2012, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), apontou o teor de sódio presente em diversos alimentos. Ao todo, foram analisados 496 produtos de 26 categorias de alimentos, o campeão

foi o queijo parmesão ralado com teor médio de sódio de 1981mg para 100g do produto.

Nas colocações seguintes, apareceram o macarrão instantâneo com 1798mg de sódio para 100g do produto, e a mortadela, com 1402mg de sódio para 100g. Entretanto, esse estudo mostrou que há uma variação na quantidade de sódio entre as diversas marcas do mesmo produto, o que

reforça a necessidade dos consumidores observarem os rótulos e, principalmente, a tabela nutricional dos alimentos industrializados. Portanto, a comparação das informações nutricionais dos alimentos de diferentes marcas e/ou sabores é fundamental para a escolha daqueles com menor quantidade de sódio.

A quantidade de sódio dos produtos precisa ser multiplicada por 2,5 para termos o equivalente em sal de cozinha. Um alimento com 500 mg de sódio representa 1250mg ou 1,25 g de sal. Por exemplo: macarrão instantâneo com 570mg de sódio para 33g do produto, contém 1425 mg ou 1,42g de sal.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o consumo diário máximo de 5 gramas de sal, o que corresponde a 2 gramas de sódio. Porém, a ingestão média do brasileiro é de 12 gramas por dia. Por isso, é importante diminuir o consumo de alimentos industrializados e a utilização de sal nas preparações caseiras. Hoje já é possível encontrar salgantes, que são livres de sódio, controlando a pressão arterial e diminuindo a retenção de líquidos. Pode ser uma boa opção para reduzir o seu consumo.



Top Down, há 28 anos contribuindo com o bem-estar da sua empresa.

HÁ 28 ANOS NO MERCADO DE TI, A TOP DOWN É CONSULTORA NA ÁREA DE INFORMÁTICA. COM PACOTES PRÉ-FORMATADOS E SISTEMAS DESENVOLVIDOS SOB MEDIDA, CONTRIBUÍMOS COM A GESTÃO DE SUA EMPRESA DE MANEIRA TOP, PARA QUE VOCÊ FOQUE SEUS ESFORÇOS NOS PONTOS PRINCIPAIS DO NEGÓCIO.

O DOMÍNIO DA TECNOLOGIA ALIADO AO DIÁLOGO E CUMPLICIDADE SÃO OS VALORES PRINCIPAIS NO RELACIONAMENTO DE NOSSA EQUIPE COM OS CLIENTES.

O Top Saúde Médico é o produto ideal para seu negócio. Ele gerencia todas as etapas dos processos administrativos de Planos de Saúde, contribuindo com sua produtividade e auxiliando na tomada de decisões.



Medidas de ajuste e primeiros resultados do ano reforçam esforço do governo para atingir a meta do primário neste ano

Octávio de Barros*

A deterioração nas contas públicas nos últimos anos atingiu seu ápice em 2014 quando o Brasil terminou com um déficit primário de R\$ 32,5 bilhões, o equivalente a 0,6% do PIB. Consequentemente, o déficit nominal cresceu R\$ 186,4 bilhões no ano (3,3% do PIB), atingindo R\$ 343,9 bilhões (6,3% do PIB), e a dívida bruta chegou a 63,1% do PIB, o que representa um aumento de 6,4 pontos em um ano. Ainda, se excluirmos as receitas consideradas extraordinárias do resultado primário nos últimos anos, o déficit registrado no fim de 2014 é ainda maior, 1.0% do PIB. Essa piora do resultado fiscal, por sua vez, está em grande parcela ligada ao aumento das despesas no período. Entre 2012 e 2014, as despesas cresceram 13,7% em termos reais e atingiram 19,0% do PIB, um acréscimo de 1,6 pontos em dois anos. Desse total, as principais influências vieram dos gastos discricionários, com um aumento de 0,31% do PIB no período, e da compensação das desonerações de folha de pagamento, levando a uma alta de 0,29% também como proporção do PIB. Por outro lado, a desaceleração do crescimento econômico, em conjunto com políticas de desoneração tributária, resultou em uma variação real da receita líquida de 2,1% no mesmo período. Sendo que, se excluída as receitas extraordinárias nesse período, a expansão real da receita líquida foi de apenas 0,1%.

Diante da evolução desfavorável das contas públicas nos últimos anos e a necessidade de correção dessas, o governo vem demonstrando a firme intenção de ajustar as finanças públicas do País, tornando o resultado primário superavitário novamente. Em um primeiro momento, estabeleceu uma meta de superávit primário para 2015 mais crível, R\$ 66,3 bilhões, o equivalente a 1,2% do PIB. Dessa meta, R\$ 55,3 bilhões (1,0% do PIB) seriam oriundos do governo central e R\$ 11 bilhões (0,2% do PIB) dos governos regionais.

É importante ter em mente que, como em 2014, o

Brasil terminou o ano com um déficit de 0,6% do PIB, o esforco necessário para o cumprimento da meta deste ano passa a ser de 1,8% do PIB. As primeiras medidas para o cumprimento dessa meta foram adotadas ainda no fim do ano passado e visam o ajuste de alguns programas, como: o seguro-desemprego, o abono salarial, a pensão por morte e o auxílio doença. O alcance total dessas mudanças seria algo em torno de R\$ 18 bilhões (0,33% do PIB) segundo estimativas do governo. Vale ressaltar que o montante referente ao abono salarial, aproximado em R\$ 6 bilhões, deverá ter efeito somente em 2016. Essas medidas ainda necessitam da aprovação do Congresso, mas acreditamos que grande parte das medidas deverá ser aprovada. Trabalhamos atualmente com uma efetividade de 80% do total do pacote. Ou seja, dos R\$ 18 bilhões, cerca de R\$ 15 bilhões seriam aprovados. E, para 2015, o efeito chegaria a aproximadamente R\$ 10 bilhões.

Já em 2015 foram adotadas novas medidas, tanto no lado de elevação da receita como redução das despesas. No lado da receita, tivemos a elevação do IPI de automóveis, IPI de Cosméticos, PIS/Cofins de importação, IOF de crédito a pessoa física, além dos impostos sobre combustíveis (em um primeiro momento PIS/Cofins e posteriormente CIDE). Todas essas medidas somadas representam R\$ 22,6 bilhões (0,40% do PIB).

Voltando para o âmbito das despesas, as medidas adotadas neste ano foram: i) a limitação dos gastos não obrigatórios a 1/18 do previsto na Lei Orçamentária 2015 até a sanção do Orçamento de 20151; ii) o fim dos aportes a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); iii) a imposição de limite de gastos com Custeio e Capital e PAC até abril; iv) a alteração da alíquota de folha de pagamento e v) a alteração da alíquota do Reintegra. Todas essas medidas somadas representam um esforço de R\$ 37,0 bilhões (0,65% do PIB). Adicionalmente, o governo tem sinalizado que

Apesar de acreditarmos no esforço e no comprometimento do governo em atingir a meta estabelecida, é importante destacar que teremos grandes desafios no decorrer do ano."

pretende levar as despesas discricionárias para o nível de 2013, o que estimamos uma redução adicional de R\$ 25 bilhões. Por fim, o resultado de janeiro mostrou uma queda de cerca de 30% dos gastos com o PAC na comparação com janeiro de 2014. As medidas de limitação de gastos com o PAC até abril sugerem uma redução de gastos de 24% com relação aos primeiro quatro meses do ano anterior. Com isso, esperamos que, de maio a dezembro deste ano, a redução dos gastos nessa linha continue, chegando a uma redução estimada da ordem de 20%. Assim, todas as medidas anunciadas até o momento já representam um esforço de R\$ 89,3 bilhões (1,6% do PIB) por parte do governo central. Considerando que em 2014 terminamos com um déficit de 0,4% no governo central, esse montante já representaria um superávit de 1,2% do PIB, o suficiente para que atingisse a meta do governo central, de 1,0% (0,2% da meta é oriundo dos governos regionais).

Apesar de acreditarmos no esforço e no comprometimento do governo em atingir a meta estabelecida, é importante destacar que teremos grandes desafios no decorrer do ano. O primeiro deles é oriundo da fraca atividade econômica, para a qual estimamos uma queda de 1,5% do PIB em 2015. Segundo nossas estimativas, cada ponto de variação do PIB representa um efeito de R\$ 12 bilhões na arrecadação federal. Outro ponto é que o ajuste tende a representar no curto prazo um aumento de custos para a sociedade (tanto para as famílias como para os empresários) e tende a refletir nas pesquisas de confiança nos primeiros meses do ano. O terceiro é a necessidade de aprovação das medidas pelo Congresso, que apesar de representar cerca de R\$ 14,5 bilhões (0,25% do PIB) do ajuste de 2015 (para 2016 o montante é superior) pode elevar a dificuldade de implementar algumas medidas que afetarão os resultados de 2016 a 2018. Por fim, apesar de não considerarmos em nossas estimativas, é importante lembrar que o governo tem cerca de R\$ 50 bilhões (0,9% do PIB) de atrasados com algumas instituições públicas, o que tende ser normalizado no decorrer dos próximos anos e pode reduzir o resultado do ano. Mesmo com os inúmeros desafios econômicos, os primeiros resultados do ano reforçam a expectativa de que o governo está na direção correta para atingir as metas propostas para o ano. Em janeiro, superávit do setor público consolidado somou R\$ 21,0 bilhões, composto por R\$ 10,1 bilhões oriundos do governo central e R\$ 10,5 bilhões dos governos regionais. Em média, o resultado de janeiro costuma representar cerca de 19% do total do resultado no ano. Em 2015, o resultado do primário de janeiro representou 31,8% da meta estabelecida para 2015. Como esse resultado teve a influência atípica de governos regionais, analisando somente o superávit primário do governo central, que representou 18,2% da meta estabelecida para 2015, ante uma média de 2004 a 2013 de 18,9%. Mesmo considerando toda a simplicidade desse exercício, é possível notar que janeiro foi um mês que reforça a visão de que o governo está no caminho correto para o atingimento da meta a ser observada também nos próximos meses, inclusive fevereiro. Assim, estimamos que a meta do superávit primário de 2015 seja atingida e termine o ano em 1,2%. Porém, é importante ressaltar que este primário ainda não é o suficiente para estabilizar a relação dívida / PIB brasileira, que segundo nossas estimativas deverá terminar 2015 em 64,6%, um aumento de 2,1 pontos em relação a 2014, já considerando o números revisados de PIB. Nesse sentido, entendemos que tão importante quanto o cumprimento da meta, é o esforço em curso de promover ajustes estruturais, com mais valor intertemporal. Assim, o processo de consolidação fiscal será capaz de construir uma nova governança orçamentária, com maior previsibilidade nos anos à frente vinda da disciplina do gasto público.

eSocial: como preparar a sua empresa?

Janaina Vanzelli*

O eSocial – em sua origem batizado de EFD Social, ou, ainda, eFopag – é aguardado como uma das grandes inovações da Receita Federal do Brasil quando nos deparamos com a quantidade de informações nele consolidadas e a expectativa de extinção, no longo prazo, das obrigações acessórias hoje entregues pelas empresas, a exemplo de GFIP, Dirf, Rais, Caged etc.

Se, por um lado, a consolidação de diversas obrigações acessórias num único ambiente tende a eliminar a burocracia tributária brasileira – que é um dos grandes gargalos para a atração de investimentos –, por outro, permitirá ao Fisco uma grande visibilidade das regras de negócio adotadas pelas empresas que operam no Brasil, seja no processo de contratação, gestão, pagamento e/ou no encerramento de contratos de trabalho.

Cientes desse cenário, muitas empresas se anteciparam à publicação do Decreto nº 8.373/2014, e até mesmo ao Ato Declaratório Executivo 17/2013, e iniciaram uma grande jornada de preparação para o novo ambiente virtual, mapeando os pontos de atenção que poderiam impactar na adesão ao eSocial e identificando itens que, se não representavam impedimento, poderiam revelar-se foco de contingências trabalhistas e previdenciárias.

O tempo passou, e depois de quase cinco anos do início do desenho do eSocial veio, então, a publicação do layout oficial e do Manual (versão 2.0), em 24 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução 1 do MTE. Essa publicação representa um marco para a entrada em vigor dessa nova obrigação acessória. A partir de agora, os contribuintes têm, rigorosamente, um ano para se adequar ao eSocial.

Neste meio-tempo, as matrizes brasileiras de empresas multinacionais pediram a seus headquarters

a liberação de budget para o projeto de preparação. Algumas até conseguiram bons avanços, com a aquisição de softwares e/ou mudanças de procedimentos internos, mesmo em meio a um cenário econômico mundial de incertezas, permeado por uma forte contenção de custos e – em alguns casos – até mesmo pelo encerramento de operações ou layoffs.

Essas empresas foram pioneiras na obtenção do buy-in de suas matrizes, e certamente hoje se posicionam de forma diferenciada no mercado por terem mapeado com certa folga os seus gaps, tratando deles por meio de discussões multidisciplinares, tal como exige o eSocial.

O ano de 2016 bate à porta – e se torna arriscado pensar que poucos meses de 2015 serão suficientes para uma ampla discussão do eSocial, seus impactos na empresa e o adequado endereçamento da tomada de decisões. Se os constantes atrasos em relação à publicação do Decreto nº 8.373 levaram o benefício da dúvida às empresas, as quais, em sua grande maioria, retardaram o início de preparação para o eSocial, certo é que agora, a partir da publicação do Manual definitivo, inicia-se uma corrida contra o tempo.

O momento econômico de incertezas persiste. Sendo assim, largará na frente a empresa que tomar vantagem de relatórios de suas auditorias internas, externas e de outros trabalhos específicos de consultoria para, com base em uma matriz de risco, rapidamente identificar ações e investimentos prioritários para a entrega do eSocial.

Só assim a jornada de preparação tende a ser cumprida com êxito: com mudanças e investimentos dentro da real necessidade de cada empresa.



Economia

Está difícil lidar com a atual conjuntura? Em todos os momentos, conte com a EY.

Ernst & Young agora é EY. Serviços de Auditoria | Consultoria de Negócios Gestão Tributária | Assessoria em Transações

ey.com.br

facebook | EYBrasil twitter | EY_Brasil

linkedin | ernstandyoung app | ey.com.br/eyinsights



Baixe o app EY Insights gratuitamente na Apple Store ou no Google Play e conheça nossos estudos e publicações.



Trabalhe conosco: ey.com.br/carreiras

Os entraves da indústria brasileira

6 6 O descompasso entre os planos do governo na área de Infraestrutura Logística e o que, de fato, já foi feito também prejudica a competitividade industrial."

Os anos de crescimento da economia brasileira trouxeram euforia ao mercado, mas com o passar dos anos se observou que esse crescimento não se traduziu em melhoria e ampliação de uma infraestrutura que acompanhasse a evolução da produção. Em virtude disso, a indústria brasileira aos poucos foi se tornando menos competitiva, uma realidade que pode ser constatada através de alguns indicadores.

O Custo Unitário do Trabalho (CUT) é um deles. Ele representa o custo do trabalho para se produzir uma unidade de um bem. Quanto maior o CUT, menor tende a ser a competitividade do país. Os fatores que influenciam o CUT são: salário, produtividade do trabalho e taxa de câmbio. Então, se o salário aumenta, em princípio, o CUT diminui. No período entre 2002 e 2012, a indústria brasileira acumulou um crescimento de 136% do CUT, taxa cerca de duas vezes maior que a da Austrália (67%), que ocupa o segundo lugar no ranking. A comparação com a situação da Coreia do Sul exemplifica como funciona o CUT: no Brasil o aumento do salário médio real foi de 1,8% e na Coreia do Sul, de 2,5%, mas enquanto no Brasil a produtividade foi de apenas 0,6% na Coreia do Sul foi de 6,7%. A chave da Coreia do Sul para alcançar esse bom índice foi a mão de obra qualificada, um dos grandes entraves para a competitividade brasileira.

Outro fator vital para se pensar no crescimento do setor industrial no país é o custo da energia elétrica. De acordo com a Firjan, a combinação de algumas ações governamentais na área energética - como o atraso na entrega das usinas e fatores conjunturais como o baixo volume de chuvas - trouxe desequilíbrio ao setor. Uma das consequências foi que a redução de 20% do custo da energia elétrica vigente para as indústrias em 2013 foi totalmente anulada pela elevação contínua desse custo

no ano passado. Hoje o custo da energia elétrica para a indústria subiu 23,4%, alçando o país do 6º para o 3º lugar no ranking mundial de custo de energia.

O descompasso entre os planos do governo na área de Infraestrutura Logística e o que, de fato, já foi feito também prejudica a competitividade industrial. A promessa de milhares de quilômetros de rodovias e ferrovias foi cumprida em patamar muito abaixo do previsto. Por outro lado, a implantação dos programas Porto 24 Horas e Aeroporto 24 horas permitiu uma considerável redução do tempo médio para a liberação de cargas.

Na área de inovação também se observam avanços e barreiras. O aumento dos recursos públicos destinados ao fomento – vide a Criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) - é um avanço, mas o investimento de P&D em relação ao PIB continua muito baixo quando comparado aos principais países do mundo. Para se ter uma noção do quadro, o tempo de análise de pedido de patentes pode chegar à incrível marca de 10 anos, consequência da pouca mão de obra disponível para essa tarefa.

Preocupados com a estagnação da indústria, o governo federal e o governo do Rio de Janeiro começam a tomar algumas medidas, como as resoluções para diminuição dos impostos sobre equipamentos industriais (governo federal) e o projeto de lei enviado à Alerj prevendo tratamento tributário especial para indústrias instadas em alguns municípios e distritos industriais no Rio (governo estadual). Espera-se, portanto, que a essas medidas se somem outras mais estruturantes, que ataquem de frente os gargalos da indústria brasileira e lhe permitam competir, finalmente, em pé de igualdade com as maiores potências mundiais.

O "caso Petrobras" e o aperfeiçoamento da investigação criminal no Brasil

Humberto Espinola*

O aumento geral da criminalidade, especialmente em relação aos crimes cometidos com emprego de violência contra a pessoa — assassinatos, latrocínios, roubos, sequestros, etc.-apresenta um prontuário de ocorrências disseminadas nos mais variados pontos do país sem que haja a sua eficaz repressão, fomentando assim o sentimento geral de insegurança pública, com todas as suas consequências e reflexos na qualidade de vida e no cotidiano dos brasileiros.

Ao mesmo tempo, e contrastando com essa iniquidade repressora, o cidadão brasileiro vem atualmente se deparando com um volume crescente de notícias sobre investigações bem sucedidas tendo por objeto os chamados "crimes de colarinho branco". Dentre esses registros diários de apurações de atos delituosos - que muitas vezes têm sido chamados "malfeitos" - os mais impressionantes são os perpetrados contra o patrimônio de nossa maior empresa pública, a Petrobras, envolvendo quantias financeiras fabulosas e indícios de participação de importantes figuras do mundo político e empresarial em conluio com agentes públicos de alto escalão, cujas tenebrosas transações se apoiam na cumplicidade promíscua de indivíduos de baixa qualificação e poucos escrúpulos.

E aqui cabe um parêntese: tratar essas ações como "malfeitos" (ou mau feitos?) chega a ser uma aberração, posto que são crimes com todas as características pertinentes a essas condutas anti-sociais, envolvendo atos de planejamento e preparação que apontam o intuito inequívoco de formação de quadrilha, e cuja consumação rendeu satisfações financeiras aos seus autores.

De fato, os últimos anos registram um aumento espantoso no conhecimento da prática dos chamados "crimes de colarinho branco", assim conhecidos por envolverem a participação de indivíduos de pelo menos razoável nível de instrução e/ou por terem como objeto a aquisição ilícita de bens ou capitais. Outras características importantes dos delitos dessa criminalidade: exigem sempre uma premeditação, com planejamento menos ou mais elaborado e uma operacionalidade menos ou mais complexa e sofisticada; essa premeditação inclui a avaliação

da impunidade dos autores; têm quase sempre a participação de pelo menos duas pessoas em associação criminosa, ou são frutos do "crime organizado"; e costumam se utilizar de informação privilegiada ou do posicionamento profissional de um dos partícipes.

É de se destacar que os crimes de corrupção, prevaricação, fraude fiscal, "lavagem" de dinheiro ou de capitais e outros que compõem esse universo criminógeno, minam o patrimônio público e afetam a vida financeira e política da nação, além de seu efeito moral nocivo e seu péssimo exemplo para a coletividade.

Ademais da notável evolução da circulação das informações e de sua democratização, que aportam um maior conhecimento desses fatos - graças à liberdade de imprensa, em especial o chamado "jornalismo investigativo", e aos canais de redes sociais proporcionados pela internet - o registro dessas apurações está tendo uma maior exposição graças ao próprio êxito que elas alcançam.

Sucesso esse que demonstra a inegável vontade política de determinadas instituições públicas em bem e fielmente cumprir o seu dever, como é o caso do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e da Justiça Federal, juntos harmonicamente na apuração dos casos de evidentes desmandos praticados na Petrobras. É bem verdade que esses operadores da investigação criminal ganharam independência e autonomia de atuação a partir da Constituição de 1988, a ponto de dispensarem manifestações de apoio ou rejeição da parte de qualquer autoridade externa. Já se foi o tempo do "eu determino tal investigação"; hoje elas decorrem do simples cumprimento do dever legal de apurar situações ilícitas.

Contudo, no Estado Democrático de Direito, a simples disposição e vontade política no cumprimento do dever e do exercício das atribuições não é suficiente para o desempenho dessas ações apuradoras, que se deparam com delitos muitas vezes de natureza complexa, cercados de obstáculos vários e de precauções para o seu encobrimento. Inclusive essas

Opinião

atividades dos encarregados de situar um fato como crime e obter as provas de sua autoria podem vir a afetar a privacidade e outras liberdades individuais dos indivíduos investigados.

Por tudo isso, as atuações das instituições e agentes públicos nesse sentido exigem a presença de um ordenamento jurídico específico que as legitimem, pois somente devem executar o que está previsto em lei. Quer dizer, qualquer ação de apuração desenvolvida por um agente público só é legítima e válida se estiver prevista por alguma disposição legal.

É exatamente nesse campo do ordenamento jurídico específico que reside a maior contribuição para o aumento e sucesso das investigações criminais em comento. Isso graças a um conjunto de disposições legais que foram sendo editadas, instituindo novos tipos de condutas criminosas, criando novos mecanismos de investigação criminal (muitos decorrentes de avanços científicos e tecnológicos), definindo as atividades de investigação policial e seus limites, e circunscrevendo a participação da Polícia, do Ministério Público e do Juiz.

Sempre focados nos crimes envolvendo a Petrobras, vejamos, então, quais os principais diplomas legais que proporcionam essa contribuição, e que são, no nosso entender, os principais responsáveis pelo sucesso nas investigações desses crimes e de outros semelhantes.

Antes de abordar esses dispositivos legais e as novas contribuições por eles proporcionadas, cabe registrar algumas iniciativas precursoras e embrionárias na forma de uma série de projetos de lei reunidos no que foi chamado "Pacote contra a violência". Com os objetivos de combater a violência, a criminalidade organizada e proporcionar a redução da impunidade, esse "pacote" teve a iniciativa do Poder Executivo e adveio em 1994, no final do período de governo do presidente Itamar Franco. Muitos desses projetos inspiraram a implementação de leis de grande importância para a repressão da criminalidade, inclusive algumas que serão objeto de comentários a seguir.

Primeiramente vale lembrar que a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995, instituiu novos mecanismos de apuração das atividades crime organizado e do combate às organizações criminosas. Esse diploma legal, certamente por seu pioneirismo, não exteriorizou com felicidade a sua abordagem da criminalidade organizada, mas merece registro por suas boas intenções.

Já a Lei 9.296, de 24 de julho de 1996, regulamentando o inciso XII do artigo 5 da Constituição, regulamentou as interceptações de comunicações telefônicas e do fluxo de comunicações em sistemas de informática ou telemática para fins de investigação criminal ou instrução processual, sendo que o seu art. 1o se destina a reprimir os abusos de sua prática, prevendo o crime de quebra do sigilo de dados.

Assim, a escuta telefônica, e os registros dessas comunicações, o acesso aos dados computadorizados e telemáticos passaram a ser instrumentos legais para a descobertas de crimes e identificação de seus autores, logrando também a serem admitidos como meio de provas na instrução processual penal.

Mais um mecanismo proveitoso para essas apurações foi viabilizado pela Lei Complementar n. 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispôs sobre o sigilo das instituições financeiras, disciplinando o que constitui ou não sigilo. Dentre as suas disposições, o art. 1, parágrafo 4 autoriza a quebra do sigilo de informações de bancos e demais instituições financeiras para a apuração de vários tipos de crimes.

Destaque todo especial na investigação criminal para uma lei que também diz respeito à atividade financeira. Trata-se da Lei 9.613, de 3 de março de 1998, que trata dos crimes do que se denomina "lavagem" de dinheiro – qual seja, as "ações destinadas à ocultação de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal" - introduzindo importantes mecanismos de controle na atividade financeira nacional, sendo o principal deles a criação da Comissão de Controle das Atividades Financeiras/COAF. Os registros de atividades financeiras de elevado valor obtidos junto ao COAF foram de fundamental utilidade para as identificações das situações criminosas do "Caso Petrobras" e para a consequente apuração. É de se registrar que a Lei 12.683/2012 proporciona o aperfeiçoamento de algumas de disposições dessa supracitada lei.

Outro mecanismo inovador, a chamada "delação premiada", merece maiores comentários por ter crescido em importância prática, mesmo fundamental, nas recentes apurações dos crimes envolvendo a Petrobras.

Depois de uma presença tímida e limitada em algumas leis anteriores, cuja aplicação ficou dependente de regulamentação futura, a figura da "delação premiada" passou a ter viabilidade e aplicação para todos os crimes com a Lei 9.087, editada em 1999.

A Lei 9.087, de 13 de julho de 1.999 – cuja elaboração teve a participação deste autor – compreende um conjunto de disposições objetivando a proteção individual às testemunhas ou vítimas de crimes, sendo que a disposição em garantir a incolumidade física dos indivíduos nessa situação se constitui em incentivo a sua colaboração na investigação e na instrução criminal.

A lei institui, também, um conjunto de normas de proteção individual aos réus "colaboradores", prevendo a possibilidade de redução da pena ou perdão judicial em decorrência da colaboração efetiva no desvendamento do crime em que tiveram participação, o que vem sendo chamado "colaboração premiada" ou "delação premiada". Com a garantia da incolumidade física e a possibilidade de benefício penal, o delator sai do status de réu para se transformar na principal testemunha do crime por ele cometido, quebrando assim a lei do silêncio que impera no crime organizado, e que se constitui na "espinha dorsal" de sua impunidade.

Apesar dessa "colaboração" com redução de pena ou perdão judicial figurar em alguns dispositivos legais anteriores, o seu tratamento tímido e reduzido não proporcionava viabilidade prática, e assim a Lei 9.087/99, além de ampliar o seu espectro para todos os crimes, permitiu aplicação imediata.

Ressalte-se que a referida Lei 9.087/99 viria a ter importante aperfeiçoamento com a recente vigência da Lei 12.850, de 2013. Esse dispositivo recente, de fato sucedeu a Lei 9.034/95, revogando as suas disposições para dar um tratamento mais preciso ao crime organizando a partir de sua definição, se estendendo na abordagem dos meios de obtenção de prova, notadamente na regulamentação do procedimento da "colaboração premiada" no âmbito policial e na esfera judicial, no que complementou as previsões da Lei 9.087/99.

Um olhar na cronologia dessas leis inovadoras permite a verificação de que foram editadas no período que compreende os anos 1994 a 2002, tendo assim em comum o fato de terem sido elaboradas e/ou sancionadas no período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. E na maioria das vezes foram resultantes de iniciativas do próprio poder Executivo, de forma isolada ou compartilhada com parlamentares.

Assim, com menção honrosa ao governo Itamar Franco

por sua contribuição em algumas iniciativas embrionárias, o governo FHC passa para a história do Direito Criminal brasileiro como o inovador de um ordenamento jurídico moderno e capaz de proporcionar meios à investigação da criminalidade de "colarinho branco". O que nos leva a afirmar que a eficácia e o êxito das investigações dos atuais crimes envolvendo a Petrobrás podem ser reputados como uma "herança" por ele deixada aos seus sucessores.

Depois desse período não nos acode inovação expressiva nesse segmento específico da legislação criminal, onde as exceções são a Lei 12.683/2012 e a Lei 12.850/2.013 ambas mencionadas. Essa última resulta em um necessário e bem sucedido aperfeiçoamento de leis anteriores, sobretudo na regulamentação do procedimento de apresentação e aceitação da "delação premiada". Sancionada pelo Executivo, é importante assinalar que o mérito de sua iniciativa cabe a então senadora Serys Slhessarenko, por via do Projeto de Lei do Senado n. 150, de 2006.

A guisa de conclusão, a aplicação pratica dessas leis permite afirmar que à hora atual o ordenamento jurídico brasileiro especifico à investigação de crimes proporciona instrumentos eficazes e segurança jurídica aos seus operadores, com reflexos no êxito de suas atividades apuradoras.

Evidentemente tal ordenamento sempre pode ser aperfeiçoado, sobretudo em inovações pontuais, mas com o necessário cuidado para evitar exageros e pirotecnias que possam mesmo vir a prejudicar a viabilidade prática que situa esse campo jurídico-legal dentre os mais avançados dos países democráticos.

O Brasil espera que as investigações do "Caso Petrobras" prossigam até o seu final deslinde. Muito já foi feito, mas é preciso atingir o "fundo do poço", que parece ser abissal, como os do "Pré-sal". Nesse prosseguimento, é imperioso que a agilidade que tem sido demonstrada pelos operadores que as conduziram até o presente momento tenha continuidade nos demais juízos e instâncias que os sucederão. Para tanto, essas investigações contam com as garantias legais e o apoio da opinião pública, bastando que cada um de seus operadores exerça o seu dever funcional, cumpra as suas atribuições. Vamos aguardar o desfecho.

Opinião

O dilema do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos e do superávit na conta financeira

Agostinho Pascalicchio*



Conforme o Banco Central do Brasil, o Balanço de Pagamentos do ano de 2014 registrou um superávit de US\$10,8 bilhões em 2014. Este superávit foi resultado da diferença entre uma saída de US\$90,9 bilhões do Brasil, registrado em transações correntes (principalmente compras e vendas de mercadorias no mercado internacional), e a entrada através da conta financeira de US\$99 bilhões, destacando-se novamente os ingressos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), que atingiram US\$62,5 bilhões.

Ainda conforme informações do Banco Central, o déficit em transações correntes ficou em 4,17% do PIB, apenas ligeiramente inferior ao observado ao pior resultado, que foi observado em 2001, de 4,19% do PIB.

A conta é lógica: uma saída em dólares deve ser compensada por uma entrada da mesma moeda. Assim, os déficits em transações correntes devem ser compensados por superávits na conta financeira.

O dilema entretanto é obvio: devemos manter um câmbio valorizado ou desvalorizado.

Um câmbio valorizado é capaz de desestimular a indústria exportadora e prejudicar a competitividade internacional do produto brasileiro. Um câmbio valorizado torna as importações mais competitivas no mercado interno, gerando a tendência de saída de dólares do país e o desequilíbrio nas contas comerciais. Um câmbio valorizado, entretanto, torna as contas financeiras mais atrativas, estimulando a entrada de dólares.

As razões para este processo são, portanto, técnicas: um câmbio valorizado torna as exportações menos competitivas no mercado internacional, ou seja, mais caras no mercado mundial. Portanto, é correto afirmar que a apreciação da moeda produz perda de competitividade das exportações.

Por sua vez, o fluxo de capitais depende de um dos principais elementos que provoca a valorização do Real: da taxa de juros doméstica. Ela se elevando acima de qualquer outra existente em outro país do mundo, atrai os investidores estrangeiros. O Brasil possui uma das taxas de juros mais alta do mundo. Assim, ocorre uma atração de aplicadores financeiros internacionais no Brasil.

Os fluxos de capital são, entretanto, mais voláteis do que os fluxos comerciais, pois as aplicações de capital (investimentos) dependem largamente das expectativas dos investidores: caso as expectativas em relação a determinado mercado tornem-se, por qualquer motivo, pouco favoráveis, os investidores tendem a retirar seu capital desse mercado para aplicá-lo em um outro, com perspectivas de menor risco.

O país tem com o resultado do Balanço de Pagamentos de 2014, mostrado a intenção de manter um câmbio valorizado. Entretanto, a trajetória do Real para todo o ano de 2015 é uma incógnita, e o comportamento dependerá da economia norte-americana, que ainda não fornece uma perspectiva segura para o dólar.



Usando tecnologia de ponta como: SAP R/3, Navis SPARCS e também software proprietário, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.



terminais marítimos

Operamos dois terminais adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o T**erminal de Contêineres MultiRio** e o **Terminal de Veículos MultiCar**, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro.

portos

Localizados estrategicamente nas cidades do **Rio de Janeiro**, **Resende** e **Juiz de Fora**, recebemos cargas importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros.



Aeroporto Regional da Zona da Mata

terminais aeroportuários

Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o **Aeroporto Presidente Itamar Franco** está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros.



Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, oferecemos soluções customizadas de logística integrada.



Sabesp e Kodak: o que há em comum?

Marcos Morita *



O que a Kodak, que virou case de miopia de marketing, e a Sabesp têm em comum, comparando-se a tecnologia de fotografia digital e a questão da água? Apesar da origem, mercados, abrangência, produtos, serviços e modelos de negócios diferentes, há várias similaridades. Monopólio, manutenção do status quo, poder, arrogância, leniência, otimismo exacerbado, queda no valor das ações e conflito de interesses, os quais serão explorados a seguir.

Monopólio: ocorre quando há somente um competidor dominante, seja devido a economias de escala, barreiras de entrada ou restrições legais. A Kodak tinha, em meados dos anos 1970, uma participação de mercado de 90% para filmes e 85% para câmeras nos Estados Unidos, criando uma barreira natural aos novos entrantes. Já a Sabesp por sua vez desfruta de uma posição dominante em face das restrições impostas por legislações, com o controle da cadeia da água e do esgoto na grande São Paulo.

Adam Smith e Stuart Mill exortavam os monopólios, os quais majorariam os preços e limitariam as inovações, corroborando a lei antitruste e o papel do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) nas

fusões e aquisições brasileiras. Há uma corrente atual, encabeçada por Peter Thiel, denominada Monopólios Criativos, cujo maior expoente é o Google, a qual defende posições dominantes quando há tecnologias superiores que tragam benefícios aos consumidores. O que, diga-se de passagem, não é o caso da empresa paulista com seu sistema de distribuição arcaico que desperdiça grande parte da água tratada.

Manutenção do status quo: acreditem ou não, a Kodak produziu sua primeira câmera digital em 1975, prevendo que algo ocorreria no mundo da fotografia. Imaginem a reação dos executivos da outrora líder de mercado frente à incipiente tecnologia que, para ser implementada, desconstruiria o modelo atual de negócios e, em última análise, seus próprios empregos. Certamente postergaram as decisões dolorosas, tal qual o rodizio em São Paulo que poderia ter sido implantado há um ano de forma mais branda. Governador e executivos defenderam os interesses corporativos em face dos consumidores, garantindo, no caso paulista, mais quatro anos a frente do estado.

Leniência: mesmo quando o barco já havia entornado e a Kodak decidido tardiamente a entrar em novos mercados, a cultura complacente, oriunda dos velhos tempos de monopólio, fazia com que decisões e implementações de caráter urgente fossem atrasadas. Qualquer semelhança com a máquina burocrática do Estado e a morosidade para colocar em prática projetos para transposição entre represas, captação de rios, tratamento de água de reuso, reparos na rede e contratação de empresas privadas para encontrar novas soluções ao uso da água, não é mera coincidência.

Otimismo exacerbado: corporações constroem cenários de longo prazo, utilizando-se de variáveis econômicas, demográficas, políticas, sociais e tecnológicas. Os resultados são analisados conforme seu impacto e possibilidade de ocorrência, sendo que

quanto maiores, mais rápidas e profundas devem ser as mudanças. Neste sentido, Kodak e Sabesp podem dar as mãos, face ao descaso frente à tecnologia da fotografia digital e a possibilidade de racionamento, cujo impacto e possibilidade de ocorrência foram subavaliados.

Valor das ações: empresas de capital aberto tem como pilar maximizar o valor das ações. Várias são as críticas sobre o enfoque excessivo no curto prazo, o qual pode comprometer a manutenção do negócio em longo prazo. Este modelo tem sido questionado no caso da Sabesp, cujo acionista majoritário é o próprio governo, interessado em sua valorização e consequente pagamento de dividendos. Diversas obras essenciais de manutenção da rede e reuso de água, talvez pudessem ter sido realizadas no passado, em contrapartida à subida no valor de suas ações no período de 2010 a 2013. Conflito de interesses puro.

Duas empresas em mercados e épocas diferentes, tentando sobreviver por questões distintas. A americana sucumbiu às câmeras digitais e posteriormente aos celulares, os quais mudaram a maneira com que nos relacionamos com a fotografia. Arrogância, descaso, leniência e manutenção do status quo fizeram com que a Kodak perde-se o bonde da história. No caso da paulista, praticamente os mesmos componentes em sua gestão, porém com um componente marcante e perverso. Diferentemente da fotografia digital, não há como substituir a água, nem ao menos trocar a Sabesp por outro fornecedor.

Como cidadãos, temos a obrigação e o dever cívico de economizarmos água, assim como colocar São Pedro em nossas preces diárias. Nesta equação falta a Sabesp fazer sua parte, investindo em obras de longo prazo e resolvendo seus conflitos de interesse, mesmo que às custas da queda de suas ações. Aqui o tempo joga a nosso favor. Não há como postergar por mais quatro anos, aguardando as próximas eleições.

* Executivo e professor.



ANTES DE INVESTIR CONSULTE-NOS

AstroBrasil® Finanças, há mais de 20 anos auxiliando investidores, empresários e executivos na tomada de decisões em planejamento, recursos humanos, finanças e administração.

Nossa atuação diferencia-se pela utilização de técnicas astrológicas aliadas aos conhecimentos de administração, que propiciam uma abordagem única e abrangente.



Uma Nova Perspectiva nas Decisões Planejamento, Negócios e Investimentos.

www.astrobrasil.com.br email: mauricio@astrobrasil.com.br tel: (11) 5083-0260

Opinião

Two Sides lança campanha global para combater o uso por parte de grandes empresas de argumentos ambientais para atacar a sustentabilidade da comunicação impressa

Fabio Arruda Mortara*



Uma nova pesquisa encomendada pela Two Sides revela que diversas grandes empresas nos Estados Unidos, Reino Unido e Brasil ainda ignoram regulamentações destinadas a proteger os consumidores de propagandas publicitárias enganosas.

Em 2012, uma pesquisa realizada pela Two Sides, no Reino Unido, revelou que 43% dos principais bancos, 70% das empresas de telecomunicação e 30% das empresas de serviços faziam afirmações falsas sobre os benefícios ambientais da substituição do papel por comunicações digitais. Quando confrontadas, 82% dessas empresas mudaram suas mensagens publicitárias. No entanto, nova sondagem conduzida pela Two Sides em fevereiro de 2015 mostrou que 20% das organizações de serviços financeiros, fornecedores de energia, gás e água e empresas de telecomunicação persistem nas afirmações falsas.

Na América do Norte, a Two Sides foi bem-sucedida na conversão de 30 empresas que figuram na Fortune 500 nos mesmos setores citados e está em discussão com outras 25 organizações da mesma lista, que estão prestes a retirar campanhas como essas do ar. "É decepcionante ver que alguns departamentos de marketing ainda usam propagandas ambientais enganosas para persuadir os consumidores a abandonar a comunicação em papel por mensagens eletrônicas baratas, principalmente quando sabemos que muitos consumidores têm forte preferência pelo papel", diz Martyn Eustace, presidente da Two Sides,

Segundo ele, em todos os lugares onde atua (Europa, Estados Unidos, Canadá, América do Sul, África do Sul e Austrália), a Two Sides seguirá debatendo com empresas que descumpriram o compromisso de interromper o uso de afirmações ambientais enganosas ou afirmam que a mudança para fatura e comunicação online é melhor para o meio ambiente, sem fornecer evidências de apoio verificáveis. Além disso, o termo 'sem papel' também é hipócrita, pois muitos consumidores recorrem à impressão doméstica para garantir uma cópia permanente dos seus informes."

No Brasil, também estamos monitorando a prática do greenwash e, nos poucos meses de adesão do país à Two Sides, oito grandes empresas já foram notificadas sobre a incorreção desse procedimento"

No caso brasileiro, a Two Sides sustenta que a associação de beneficios ambientais com a migração do papel para serviços eletrônicos, além de criar uma ideia enganosa sobre a sustentabilidade da impressão e do papel, por não se respaldar em fatos, viola o artigo 43 do Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar), que exige que "os anúncios sejam realizados de forma a não abusar da confiança do consumidor, não explorar sua falta de experiência ou de conhecimento e não se beneficiar de sua credulidade."

Phil Riebel, presidente da Two Sides América do Norte, avalia que, "ao longo do último ano, a campanha obteve sucesso contra mais de 50% das alegações comerciais enganosas, mas ainda há um trabalho forte de conscientização a ser feito, pois a maioria dos profissionais de marketing das empresas não entende o ciclo de vida e as características sustentáveis da impressão e dos produtos de papel – estão fazendo marketing com base na percepção e não em fatos baseados na ciência."

A direção da Two Sides assume o compromisso de fornecer aos departamentos de marketing e jurídicos das empresas todas as evidências da sustentabilidade da mídia impressa, contribuindo para que as mensagens enviadas ao público sejam mesmo ambientalmente corretas. "Reportar às autoridades é um último recurso. Na verdade, raramente precisamos chegar a tanto e sabemos que trabalhar em conjunto com as empresas é a melhor maneira de garantir que os consumidores permaneçam protegidos do aumento do greenwash (lavagem verde)."

"No Brasil, também estamos monitorando a prática do *greenwash* e, nos poucos meses de adesão do país à Two Sides, oito grandes empresas já foram notificadas sobre a incorreção desse procedimento", informa Fabio Arruda Mortara, country manager da Two Sides Brasil.

Outro prejuízo decorrente do greenwash é ocultar os benefícios ambientais do papel. "Na Europa, 44% da área de terra é coberta por florestas e, desde 1950, a área florestal europeia tem crescido à razão de 30% ao ano", afirma Eustace.

Nos Estados Unidos, como informa Riebel, estatísticas do Departamento de Agricultura mostram que a área de terra florestal líquida aumentou 3% nos últimos 60 anos e que o volume de madeira (número de árvores) em área autorizada aumentou 58% no período.

No Brasil, as florestas plantadas para produção de papel e celulose correspondem a 2,2 milhões de hectares, equivalentes a 2,2 milhões de campos de futebol, e utilizam prioritariamente áreas já degradadas. "Como o cultivo acontece em sistema de mosaico, intercalando talhões plantados com mata nativa, a floresta cultivada ajuda na recuperação da mata nativa", afirma Mortara.

"O papel é um produto renovável e reciclável. Se produzido e utilizado de maneira responsável, torna-se um recurso sustentável de comunicação. As indústrias florestais e de papel dependem de florestas sustentáveis, as principais guardiãs desse precioso e crescente recurso", finaliza Eustace.

A Two Sides é uma iniciativa global de empresas da cadeia da comunicação impressa incluindo os segmentos de silvicultura, celulose, papel, tintas e produtos químicos, pré-impressão, impressão, finalização, edição, reprodução, envelopes e postais. Nosso objetivo comum é promover a sustentabilidade da impressão e dissipar equívocos ambientais comuns, fornecendo aos usuários informações verificáveis sobre por que a impressão e papel são um meio de comunicação atraente, prático e sustentável.

Sete dicas para reduzir suas despesas financeiras

Lélio Braga Calhau*

Manter uma vida financeira em ordem é essencial. Para isso, são necessários alguns passos, como reduzir gastos com supérfluos, pagar as contas em dia e, se preciso, buscar fonte de renda extra, para reforçar o orçamento. Siga as sete dicas abaixo e melhore a sua relação com o dinheiro.

Cartão de crédito: um dos maiores vilões. Deve ser o foco principal de suas energias, pois muitos endividamentos começam aqui. Primeiro, interrompa imediatamente as compras parceladas. Pague somente à vista. Isso vai causar um pouco de dor no início, mas, com o tempo, seu saldo devedor parcelado (dívida global) começará a diminuir. Não se esqueça: você tem dois limites para o uso do cartão de crédito: o global (toda sua dívida no cartão) e o mensal (que vence mês a mês). Fique atento a isso. Você terá problemas financeiros se estourar qualquer um dos dois limites. Evite pagar a anuidade do cartão ou negocie um valor baixo.

Analise as taxas de juros: verifique os juros dos empréstimos (custo efetivo) e procure trocar as dívidas mais caras (cartão de crédito e cheque especial) por dívidas mais baratas (CDC e crédito consignado, por exemplo). Saber exatamente qual é a taxa de juro de cada produto financeiro é primordial para fazer as escolhas certas.

Venda coisas inúteis: venda ou doe objetos que você não usa há mais de dez meses. Tenha o hábito de abrir espaço para coisas novas, quando comprar outras. Doe para bibliotecas, asilos e instituições de caridade tudo que não tiver mais uso para você e não for possível vender. Seja simples. Não tem mais uso? Desfaça-se do bem. Quem sabe você pode ajudar alguém fazendo isso?

Lance mão da portabilidade: não pense duas vezes antes de usar a portabilidade de dívidas. Peça ajuda aos contadores. Exija sempre reciprocidade do banco onde você movimenta sua conta. Se os funcionários da agência não lhe dão a atenção que você acha que merece,

troque de gerente, de agência ou até mesmo de instituição financeira. O gerente da sua conta é você. Fique esperto! Exija reciprocidade.

Arrume outra atividade para complementar sua renda: o mundo precisa e valoriza pessoas que resolvem problemas e entregam resultados concretos. Hoje, com a internet, barreiras espaciais e temporais diminuíram. Você pode construir gratuitamente um site oferecendo suas competências profissionais na rede. Pode ser que você não encontre demanda na sua cidade, mas pessoas com sua capacidade profissional podem ser procuradas numa cidade próxima ou em outro estado. Muitas atividades têm migrado para o meio digital. Você também pode dar aulas particulares em escolas ou prestar consultoria de temas que tenha experiência. Pesquise na internet e veja se pessoas com sua qualificação já oferecem esses serviços. Assim, você terá uma ideia concreta do que pode fazer para aumentar a sua renda.

Antecipe prestações sempre que puder: qualquer dinheiro que sobrar deve ser direcionado para antecipar prestações de empréstimos. Exija que o banco dê o desconto proporcional nas parcelas. Em caso de empréstimos maiores, como o crédito imobiliário, procure o suporte de um contador para verificar se o banco está cobrando os juros corretamente.

Invista na sua educação financeira: não saia atirando para tudo quanto é lado ao investir na sua educação financeira. Procure sites especializados, autores de referência e periódicos de renome. Leia os boletins emitidos pelas instituições financeiras com cuidado. Os bancos defendem o lado deles e não o dos consumidores. Procure associar-se a um Instituto de Defesa do Consumidor e acompanhe com frequência as páginas dos PROCONs e do Ministério Público na internet. Sempre há notícias de interesse concreto do consumidor e que ajudam a proteger o seu patrimônio.

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS



ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário

- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Tecnologia e Direito Digital
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000 Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10°, 11° e 12° andares Cerqueira César CEP 01419-002 São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

Lei facilita investimentos estrangeiros no mercado de saúde brasileiro

Lucas Moreira Gonçalves*

O mercado financeiro e os escritórios de advocacia com expertise no ramo empresarial receberam a confirmação de importantes alterações na esfera da assistência à saúde – pesquisas, hospitais, clínicas e produtos – em decorrência de uma "abertura de mercado". Investimentos estrangeiros, principalmente aqueles voltados ao ramo da saúde, provocam um intenso debate, dividindo opiniões e surgindo como um tema que necessita vasto estudo.

Com relação ao aspecto jurídico, em especial quanto à constitucionalidade da abertura ao capital, a questão é bem definida. A Constituição Federal, em seu artigo 199, preocupa-se em determinar que tal abertura é exceção, com suas hipóteses vinculadas à existência de previsão legal em norma específica, a qual havia, a princípio, sido editada de forma restrita.

Entretanto, nova lei, recentemente editada, define novas hipóteses de participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil, ampliando a ressalva ao texto constitucional.

Em 1998, ocorreu a primeira abertura ao capital estrangeiro no mercado de saúde brasileiro, através da lei que regulamenta os planos de saúde (Lei nº 9.656/98). A partir de então, a compra de planos do país por operadoras de capital internacional tornou-se prática corriqueira. Como exemplo, tem-se que a Amil foi comprada pela empresa United Health e a Intermédica, adquirida pelo grupo de investimentos Bain Capital. Concretizada estas aquisições, as instituições abriram seus próprios hospitais.

Recentemente, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 13.097/15, a qual determina, em seu artigo 142, a alteração da norma que disciplina os serviços privados de assistência à saúde (Lei nº 8.080/1990), permitindo a "participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde".

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, quando questionado acerca deste panorama, respondeu que "o jogo já estava aberto", entretanto sua forma era assimétrica antes da nova lei. Por outro lado, os opositores, tais como, as entidades do Movimento da Reforma Sanitária, dizem que os efeitos desta abertura são nocivos, podendo vir

a gerar consequências devastas. Dentre os efeitos que supostamente decorreriam desse movimento destacam-se a possível interferência de empresas estrangeiras nas práticas e projetos internos — inclusive na área pública (Sistema Único de Saúde—SUS)—o estimulo à concorrência desleal e à realização de práticas fraudulentas nos processos de fusão, aquisição e demais investimentos.

A despeito de tais alegações, verifica-se que o temor dos opositores não é bem fundamentado. Notoriamente, a concorrência desleal é uma prática de mercado amplamente vedada em nosso ordenamento jurídico. Ademais, os institutos da administração pública responsáveis pela regulamentação e fiscalização do mercado, com ênfase ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e à Comissão de Valores Imobiliários (CVM), sempre mostraram sua ampla e eficaz atuação.

Em relação à interferência de métodos e do capital internacional nas práticas e projetos internos, o prognóstico é favorável ao desenvolvimento e não ao retrocesso, como bem fundamenta os especialistas da área e o próprio ministro da Saúde. Nosso sistema de saúde público e privado é deficiente e moroso, carecendo de tais reformas que, provavelmente, virão com a abertura do setor.

As portas foram abertas ao mercado global, mas a questão é: será que o Estado deixará entrar? A burocracia e as minúcias legais podem ocasionar obstáculos ao ingresso e a manutenção das organizações internacionais (incluindo as relações na Bolsa de Valores). Por isso, cresce a procura pelos escritórios de advocacia especializados nas operações societárias e do mercado de capitais. Tal atuação jurídica tem por meta atender a demanda consultiva e contenciosa inerente ao processo de abertura do mercado. Suas atividades passam desde o planejamento societário e fiscal até a satisfação das relações jurídicas.

Relações econômicas e sociais não são ciências exatas, de forma que seus efeitos decorrem da maneira com que as relações são instauradas, dos meios adotados para proceder à manutenção, do fator tempo; bem como, da forma como as operações são conduzidas e delimitadas. Assim, só a partir da constituição deste sistema que a eficácia da lei será constatada.

S&C revela tendências do mercado de energia elétrica para 2015



O ano de 2015 será bastante exigente com as concessionárias de energia no mundo. Alguns fatores, como a tendência de crescimento de geração distribuída e o crescente uso de células fotovoltaicas em lares e instalações comerciais e industriais, levará a uma demanda por sistemas inteligentes cada vez mais sofisticados e exigirá investimentos cada vez maiores na melhoria de desempenho das redes elétricas.

A S&C Electric Company lista quatro previsões para o mercado mundial, que vão desde o aumento da confiabilidade da rede até o crescimento das cidades inteligentes.

- 1. Mais pessoas irão sair do grid das concessionárias com suas próprias células fotovoltaicas. Um número crescente de pessoas passará a utilizar sistemas fotovoltaicos para alimentar suas residências e empresas, gerando contas menores para concessionárias. A longo prazo, as pessoas que não podem investir nessa tecnologia acabarão por subsidiar a rede e, em resposta, será necessário modificar a regulamentação nessa questão.
- 2.O armazenamento de energia irá desempenhar um papel cada vez maior de redes de serviços públicos. Nos últimos 18 meses, o custo de baterias, que

- representam até 80% do valor de armazenamento, caiu pela metade. E a tendência de redução deve continuar nos próximos cinco anos. Os serviços públicos devem começar a usar essa tecnologia como forma de estabilizar o sistema, que reduzirá a necessidade de uso de algumas usinas de geração que exigem maior investimento.
- 3. A necessidade de confiabilidade trará investimentos contra interrupções momentâneas. Em 2015, veremos algumas concessionárias de energia trabalhando sobre falhas momentâneas para reduzir o impacto em seus consumidores. Nos EUA, por exemplo, a Florida Power&Light, está fazendo uma mudança em todo o sistema para reduzir as interrupções, o que aumenta a confiabilidade e satisfação dos clientes.
- 4.O movimento de "Cidades Inteligentes" será acelerado. A tendência é que investimentos nessa área tenham crescimento no médio e longo prazo. Eles ocorrerão conforme as cidades percebam a necessidade de utilizar redes elétricas inteligentes, robustas e com grande capacidade de comunicação para atrair novas empresas e moradores.

Day Trade

MIOLO



O Rio de Janeiro completou 450 anos em março de 2015 e o Grupo Miolo não poderia ficar de fora dessa comemoração. Várias ações estão sendo programadas pela prefeitura do Rio para celebrar o aniversário da cidade maravilhosa e, para brindar todos os momentos, a Miolo lança uma edição limitada dos tradicionais Miolo Seleção, branco e tinto, e do espumante Miolo Cuvée Tradition Brut Rosé.

Os vinhos da edição Rio 450 são agradáveis, frescos, e excelentes para serem apreciados à beira-mar, ou com comidinhas de boteco, entre amigos.

Para Adriano Miolo, superintendente da Miolo, participar oficialmente da comemoração dos 450 anos do Rio é uma honra para a vinícola. "Desenvolvemos essa edição limitada levando em conta o repertório histórico, artístico e cultural da cidade e do povo que a tornou um dos destinos turísticos mais desejados. Esse projeto é 'Aquele Abraço' para o Rio cheio de encantos", diz.

INVESTE SÃO PAULO

Empresário do ramo da construção civil, com passagens por Apex-Brasil, Fiesp, Lide, Sebrae Nacional e BNDESPar, agora tem como meta consolidar o Estado de São Paulo como polo de atração de investimentos

Vinculada à pasta de Desenvolvimento Econômico, a Investe São Paulo possui atualmente 53 projetos em carteira, que contabilizam um potencial de investimento de R\$ 6,4 bilhões com capacidade de gerar cerca de 14,7 mil empregos diretos.

Desde a criação, em dezembro de 2008, a Agência já anunciou 96 projetos de investimentos no Estado, que representam um investimento de R\$ 25,8 bilhões e a geração de mais de 53 mil empregos diretos.

BANCO MERCEDES-BENZ

A estratégia de um trabalho intenso e contínuo para a conquista de clientes e a fidelização da carteira existente proporcionaram ao Banco Mercedes-Benz R\$ 4,8 bilhões em novos negócios no ano passado, volume 26% superior ao registrado em 2013. Com este resultado, 2014 passa a ser o melhor ano da Instituição no Brasil.

"Na contramão do mercado, tivemos bons resultados no ano, mesmo com um cenário econômico desfavorável e o mercado oscilante. E isso também é fruto de um trabalho realizado em conjunto com a Mercedes-Benz e a Rede de Concessionários para se aproximar ainda mais dos clientes e entender as suas necessidades de forma rápida e eficiente", avalia Bernd Barth, presidente do Banco Mercedes-Benz.

DILETTO

O sabor único e a crocância de Ovomaltine foram reunidos à cremosidade e à leveza dos gelatos Diletto em um picolé dos sonhos! Em edição limitada, a ser comercializada durante o primeiro semestre de 2015, o sorvete poderá ser encontrado, já a partir dessa semana, na flagship e nos carretinos da Diletto de São Paulo e do Rio de janeiro. De forma gradativa o picolé cheg ará acondicionado em freezers exclusivos, em 200 pontos de vendas nas principais cidades atendidas pela Diletto.

A parceria com a gelateria Diletto representa a entrada de Ovomaltine no segmento de sorvetes e uma exposição positiva para marca, que já está presente nas categorias de achocolatado em pó, pronto para beber, creme crocante, além das parcerias com Hershey's e com as principais cadeias de restaurantes e fast foods.

STATE OF THE PARTY OF THE PARTY

A nº 1 brasileira de auditoria independente conta com 375 escritórios em 80 países. **FAÇA SUA ESCOLHA.**







novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br

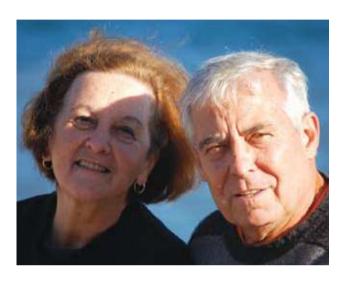
③ 55 21 2156-5800

www.lopesmachado.com



Credibilidade é a nossa marca. Fator que coloca a BKR entre as maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo.

O Brasil envelhece e o mercado de idosos só cresce



Jaques Lewkowic, um dos fundadores da premiada agência de publicidade brasileira Lew'Lara\TBWA, decidiu que estava na hora de mudar um pouco o rumo das coisas: vendeu suas ações na agência e tirou um ano sabático. Em fevereiro deste ano, ele novamente surpreendeu a todos quando avisou que passaria a integrar o time de estagiários do Google Brasil. O fato em si já é curioso, mas se torna ainda mais quando se sabe que Jack tem 70 anos.

É um exemplo que mostra a vitalidade dos idosos do século XXI. Não é pra menos: pesquisas divulgadas pelo IBGE mostram que a expectativa de vida chegou à 74,9 anos no Brasil em 2013 – enquanto em 1980 ela não passava de 62,5 anos.

Outra informação interessante vem da consultoria Escopo, especializada em estudos de geomarketing: só no ano de 2013 os idosos gastaram em torno de 1 trilhão de reais, o que representa 34% do total gasto pela população brasileira. É possível perceber, portanto, que existe um grande potencial de mercado – ainda inexplorado - para produtos e serviços que atendam os que já passaram dos 60 anos.

A pesquisa do IBGE aponta que 62% dos idosos gostam de viajar. O fato de eles poderem viajar em qualquer época do ano permite aos agentes de turismo criarem pacotes sob medida, especialmente durante a baixa temporada. De acordo com a Associação Brasileira das Agências de Viagens, esse público já responde por 15% da carteira de clientes das agências.

Um setor que também desperta grande interesse é a área de conhecimento. Boas apostas são os cursos sobre Atualidades ou de informática e Internet - aliás, produtos que facilitem a inclusão dos idosos na era digital são igualmente promissores, tais como computadores e celulares com interfaces mais amigáveis e letras e dígitos maiores.

Nessa fase da vida, as atividades físicas são especialmente importantes. Por isso, as academias de ginástica interessadas nesse nicho devem investir, com as devidas adaptações, em aulas de dança, ioga ou pilates. Já os idosos que passaram dos 80 anos provavelmente estão no grupo mais sujeito a quedas, internações e mobilidade reduzida. Daí estar crescendo a procura pelo serviço dos Cuidadores de Idosos e empresas que forneçam esse tipo de profissional.

Uma categoria importante entre os idosos é a das mulheres, já que a maioria das pessoas acima de 60 anos no Brasil é mulher. Segundo o IBGE, elas continuarão vivendo mais do que os homens. E, obviamente, continuarão vaidosas. Não é à toa que a cantora Joni Mitchell, de 70 anos, emprestou recentemente sua imagem para a Yves Saint Laurent e a L'Oréal contratou a atriz Helen Mirren, de 69 anos, para estrelar suas campanhas. Produtos de moda e cosméticos específicos para essas mulheres são, portanto, uma opção interessante para quem quer investir no mercado voltado para o "novo idoso".

2014 registra o maior número de fusões e aquisições da história

Com 818 operações concretizadas no ano passado, o número de fusões e aquisições registrou seu melhor resultado histórico, com uma transação a mais do que as realizadas em 2011, que detinha o recorde até então. Os dados constam na pesquisa de fusões e aquisições realizada trimestralmente pela KPMG.

Ao compararmos com 2013, o crescimento foi de 3% no número total de negociações. "Apesar do período de incerteza da economia brasileira ao longo de 2014, o mercado de fusões e aquisições se manteve aquecido, principalmente nos segmentos de Companhias energéticas, Alimentos, bebidas e fumo, e nas já tradicionais Tecnologia de informação e Empresas de internet", analisa o sócio da KPMG responsável pela pesquisa, Luis Motta. Inclusive, TI e Internet registraram seus recordes com 123 e 91 operações respectivamente.

Setor	D	cb1	cb2	cb3	cb4	cb5	Total
Tecnologia da Informação (TI)	63	32	5	5	18	0	123
Empresas de internet	37	48	0	2	4	0	91
Companhias energéticas	29	14	2	4	7	0	56
Alimentos, bebidas e fumo	24	13	9	3	3	0	52

Motta também destaca que o mercado se manteve bastante estável em 2014. "Não tivemos grandes picos, mas uma estabilidade ao longo do ano. No primeiro semestre foram 406 transações e 412 no segundo período do ano".

GRANDES EVENTOS

Grandes eventos, como a Copa do Mundo, podem ser apontados como influenciadores no mercado de fusões e aquisições. O segmento de Hotéis e Restaurantes, por exemplo, registrou recorde no número de transações, com 16 operações realizadas, um crescimento de 167% em relação ao ano anterior.

"É evidente que eventos como a Copa do Mundo fizeram alguns setores da economia se movimentarem mais. No caso de Hotéis e Restaurantes, a movimentação foi basicamente doméstica, ou seja, envolvendo apenas capital nacional. Isso demonstra uma busca por consolidação de mercado e por atuação em diferentes praças", analisa Motta.

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

O executivo destaca, também, o número de operações de estrangeiros na ponta compradora. "O Brasil continua sendo um foco de investimentos de empresas estrangeiras. Durante o ano passado, foram 399 transações de estrangeiros comprando aqui no Brasil, um crescimento de 10% em relação a 2013. Ou seja, aos olhos internacionais ainda oferecemos boas oportunidades".

Ao mesmo tempo, a pesquisa demonstra uma maior busca das empresas brasileiras por internacionalização. Foram 44 empresas de capital majoritário brasileiro adquirindo, de estrangeiros, capital de empresa estabelecida no exterior, um crescimento de 20% em relação a 2013, que registrou 37 operações. As empresas brasileiras também aumentaram as negociações adquirindo, de estrangeiros, capital de empresa estabelecida no Brasil. Foram 43 negócios em 2014, contra 37 do ano anterior.

"Essa busca pelo mercado internacional provavelmente está alinhada ao processo de recuperação econômica dos países desenvolvidos a qual reduz o risco de investimentos de longo prazo nestes países, embora também aumente o valor dessas empresas devido à valorização de suas moedas em relação ao Real", analisa Motta.

QUEDA NAS TRANSAÇÕES DOMÉSTICAS

Por outro lado, as transações envolvendo apenas empresas de capital brasileiro registraram queda e o pior desempenho dos últimos cinco anos, com 331 operações. "Muitos setores dos quais as transações domésticas eram destaque, como no segmento de Shopping Centers, já estão mais consolidados, diminuindo as chances de operações. Outro ponto que temos que destacar é que alguns investidores podem ter optado por aguardar os resultados das eleições realizadas em outubro, e com isso reavaliar seus investimentos em 2015", finaliza Motta.

LEGENDAS

Transações Domésticas: entre empresas de capital brasileiro

CB1: Empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo, de brasileiros, capital de empresa estabelecida no Brasil.

CB2: Empresa de capital majoritário brasileiro adquirindo, de estrangeiros, capital de empresa estabelecida no exterior.

CB3: Empresa de capital majoritário brasileiroa adquirindo, de estrangeiros, capital de empresa estabelecida no Brasil.

CB4: Empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo, de estrangeiros, capital de empresa estabelecida no Brasil.

CB5: Empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo, de brasileiros, capital de empresa estabelecida no exterior.

Confiança do consumidor global, veja aqui!



Louise Keely: vice-presidente sênior da Nielsen

No 4º trimestre de 2014 houve declínio em todas as regiões, mas a confiança melhorou em 39 de 60 mercados em relação ao ano anterior

A Confiança do Consumidor Global terminou em 2014 com uma pontuação de 96, caindo dois pontos no índice em relação ao trimestre anterior, que

veio depois de vários trimestres de impulsos positivos, de acordo com um novo estudo da Nielsen, provedora global de informações e insights sobre o que os consumidores assistem e compram. Embora a confiança tenha diminuídoa ligeiramente em todas as regiões no quarto trimestre em relação ao trimestre anterior, ano após ano, o índice ainda está acima de um nível pré-recessão de 94 pontos no terceiro trimestre de 2007.

No quarto trimestre, a Confiança do Consumidor diminuiu um ponto na América do Norte (106) e na Ásia-Pacífico (106), as únicas regiões de marca acima da leitura da linha de base de 100. A Confiança também diminuiu um ponto no Oriente Médio/África (95), três pontos na América Latina (88) e dois pontos na Europa (76) a partir do trimestre anterior.

Entre as maiores economias do mundo, a confiança do Consumidor diminuiu dois pontos no EUA (106), quatro pontos na China (107) e quatro pontos no Japão (73). Por outro lado, ela aumentou um ponto na Alemanha (98) e no Reino Unido (94).

"A confiança em mais da metade dos mercados globais medidos recuou ligeiramente no quarto trimestre, com continuação das tensões geopolíticas e desaceleração do crescimento dos mercados emergentes", disse Louise Keely, vice-presidente sênior da Nielsen e presidente do The Demand Institute. "Mercados latino-americanos, como o Brasil, tiveram particularmente grandes declínios na confiança em relação ao último trimestre há um ano, reflexos da desaceleração econômica. Enquanto a recuperação na Europa continua fraca, e há especulações recentes de flexibilização quantitativa pelo Banco Central Europeu, a confiança ainda está aumentando na maioria das economias desde o ano passado, o que demonstra que os temores de mais uma recessão

da zona do euro ainda não atingiram as perspectivas dos consumidores em geral. Os EUA, onde os mercados de trabalho continuaram a se recuperar, a confiança aumenta de forma significativa a partir de seu nível há um ano."

NEM TUDO É MÁ NOTÍCIA: ANO APÓS ANO O DESEMPENHO É POSITIVO

O processo é lento, mas é fato que ocorre em mais da metade dos mercados globais medidos. Pontuações e confiança melhoram ano a ano em 39 dos 60 mercados. Onze mercados relataram aumento de Confiança de dois dígitos, incluindo os EUA e Reino Unido, que subiram 12 e 10 pontos, respectivamente. Outros aumentos notáveis do ano anterior incluem Romênia (+15), Egito (+14) Irlanda (+13) e Bulgária (+13).

Ano após ano, os principais indicadores de desempenho apontam melhoras de forma mais significativa na América do Norte. As expectativas de trabalho aumentaram 12 pontos percentuais, para 50%; o estado das finanças pessoais aumentou seis pontos percentuais, para 64%; e as intenções de gastos imediatos saltaram oito pontos percentuais, para 51% no período de 12 meses.

"Houve um pequeno passo para trás no quarto trimestre, refletindo algum aumento no receio do consumidor, após melhorias em todo o território de 2014", disse Keely. "Algumas regiões do mundo ainda não estão fora de perigo, incluindo a zona do euro, enquanto outros, como a China e alguns países da América Latina, podem estar entrando em um período de crescimento mais lento em 2015."

O SENTIMENTO DE RECESSÃO AUMENTOU PARA A MAIORIA EM 2014

Pouco mais da metade dos respondentes globais (53%) acredita que estava em uma recessão no quarto trimestre, um aumento de um ponto percentual em relação ao trimestre anterior e uma melhoria de quatro pontos em relação ao ano anterior (Q4 2013). No total, 58% dos mercados globais medidos relataram uma melhora de

sentimento de recessão de ano após ano.

Os gastos e as poupanças discricionárias globais se mantiveram no mesmo nível ou diminuíram ligeiramente no quarto trimestre. Quase metade (48%) planeja economizar seu dinheiro que sobra, cerca de três em 10 espera para gastar em feriados/férias (34%), roupas novas (34%) e fora de casa com entretenimento (30%). Um quarto dos entrevistados globais pretende comprar novas tecnologias (24%) e pagar as dívidas (25%). Um quinto vai gastar em melhorias na casa (21%) e investir em ações (21%), e um em cada 10 vai economizar para a aposentadoria (10%). Globalmente, 13% dos entrevistados disseram que não têm dinheiro de sobra.

NA AMÉRICA DO NORTE A CONFIANÇA DO CONSUMIDOR AINDA É FORTE

A Confiança do Consumidor americano diminuiu dois pontos no índice do quarto trimestre a uma pontuação de 106, o primeiro declínio em 2014, mas uma melhoria de 12 pontos em relação ao ano anterior. A confiança também diminuiu no Canadá, caindo um ponto a um nível de índice de 102 em relação ao trimestre anterior.

Enquanto todos os indicadores de Confiança do Consumidor dos EUA diminuíram ligeiramente no quarto trimestre, houve melhorias significativas ano a ano: a confiança na perspectiva de trabalho aumentou 13 pontos percentuais, para 50%, a confiança de finanças pessoais aumentou seis pontos percentuais, para 64%, e a porcentagem de entrevistados que acredita que agora é uma boa hora para poupar aumentou nove pontos percentuais, para 52%, a partir do quarto trimestre de 2013.

"Apesar dos mais recentes declínios dos EUA para as perspectivas de emprego e finanças pessoais, os consumidores parecem estar mais otimistas do que outras regiões para entrar em 2015", disse Keely. "O declínio da taxa de desemprego, a queda dos preços do petróleo e as baixas taxas de juros continuaram juntas para colocar os consumidores na maior economia do mundo em uma posição melhor para gastar do que nos últimos anos."

PROGRESSO NA EUROPA CONTINUA LENTO

Nuvens de pessimismo voltaram para a zona do euro no quarto trimestre, com a confiança em declínio em 20 dos 32 países. Apenas a Dinamarca, com uma pontuação de Confiança do Consumidor de 103, teve uma leitura otimista. A Alemanha e a Suíça foram os dois únicos países onde a metade dos entrevistados (49% e 56%, respectivamente) estavam otimistas sobre as perspectivas de emprego nos próximos 12 meses.

A confiança na Alemanha, a maior economia da região, aumentou um ponto no índice para uma pontuação de 98. A continuação de pequenos aumentos, que ocorreram ao longo dos últimos trimestres para uma pontuação quase da linha de base, está em contraste gritante com a média da região que é de 76 pontos. O maior aumento no índice regional em relação ao terceiro trimestre veio da Irlanda (+6-90). Por outro lado, o índice da Rússia diminuiu oito pontos a uma pontuação de 79, após três trimestres consecutivos de aumento. Itália (45) e França (57) também diminuíram, caindo dois pontos cada, em comparação com o terceiro trimestre.

A CONFIANÇA NA ÁSIA-PACÍFICO AINDA É ALTA APESAR DO RECENTE DECLÍNIO

A Confiança dos Consumidores na Ásia-Pacífico aumenta em apenas três dos 14 países medidos no quarto trimestre, mas nove dos 14 países permanecem iguais ou acima da linha de base de 100 no otimismo. O índice da China caiu quatro pontos para 107 no quarto trimestre, que vem depois de quatro trimestres consecutivos em 111.

A Malásia apresentou a queda mais dramática à Confiança dos Consumidores na região, caindo 10 pontos para 89, a pontuação mais baixa desde 2009. A confiança também diminuiu cinco pontos na Indonésia (120) e quatro pontos na Austrália (93), Japão (73) e na Coréia do Sul (48).

TENDÊNCIA DE QUEDA CONTINUA NA CON-FIANCA LATINO-AMERICANA

A confiança na região da América Latina diminuiu três pontos de índice para uma pontuação de 88 no quarto trimestre, a pontuação caiu em cinco dos sete países medidos. O Peru foi o único país da região com uma melhor pontuação, subindo quatro pontos para 101, a pontuação mais alta na região e superando Brasil (95) pela primeira vez desde 2011. A confiança no Brasil caiu seis pontos trimestralmente, o maior declínio e menor pontuação para o país desde 2011. Já o México, diminuiu três pontos (85), Colômbia (94) e Chile (81) diminuíram quatro pontos cada e Argentina (67) caiu um ponto no quarto trimestre. A pontuação da Venezuela (70) era plana em relação ao trimestre anterior.

A previsão para as perspectivas de emprego diminuíram em três dos sete países da América Latina e as percepções de finanças pessoais caíram em todos os países, exceto Peru. O sentimento de recessão agravou-se por sete pontos percentuais, tanto no Brasil (73%) quanto no Chile

Internacional

(59%) - os níveis mais altos desde o início do monitoramento deste sentimento em 2008.

As intenções de gastos discricionários apresentaram o declínio mais dramático de todas as regiões, com queda de cinco pontos percentuais para as roupas novas (24%) e melhorias da casa (15%), quatro pontos para a nova tecnologia (16%), três pontos para poupança (28%) e dois pontos para entretenimento fora de casa (30%). Cerca de um em cada cinco entrevistados (18%) disseram que não têm dinheiro de sobra, um aumento trimestral de dois pontos percentuais.

REGIÃO DO ORIENTE MÉDIO/ÁFRICA APRE-SENTA PROGRESSO LENTO, MAS ESTÁVEL

A Confiança do Consumidor aumentou em três de cinco países medidos na região do Oriente Médio/África no quarto trimestre. Em 114, os Emirados Árabes Unidos tiveram o maior índice na região, um aumento de dois pontos em relação ao terceiro trimestre. A confiança também aumentou cinco pontos no Egito para 90 e dois pontos na África do Sul a 88. Por outro lado, a confiança diminuiu três pontos na Arábia Saudita para 102 e dois pontos no Paquistão para 101.

Regionalmente, as intenções de gastos discricionários aumentaram no quarto trimestre quatro pontos percentuais para roupas novas (27%) e entretenimento fora de casa (23%), dois pontos percentuais cada um, para pagar dívidas (20%) e melhorias na casa (17%) e um ponto percentual para a aposentadoria (6%). Vinte e dois por cento dos entrevistados no Oriente Médio/ África disseram que eles não têm dinheiro de sobra, que era plena em relação ao trimestre anterior e a maior percentagem de qualquer região.

CONFIANÇA SURGE NA ÁFRICA SUBSAARIANA

A Confiança do Consumidor aumentou quatro pontos no índice, na Nigéria, no quarto trimestre, alcançou uma pontuação de 127, a maior pontuação dos três países medidos na pesquisa móvel da Nielsen para a África no Saara.

O panorama para as perspectivas de emprego aumentou 12 pontos percentuais no Quênia (62%), seis pontos percentuais na Nigéria (64%) e manteve-se estável em Gana (42%). Oitenta e dois por cento dos nigerianos entrevistados estavam confiantes sobre suas finanças pessoais, mas apenas pouco mais da metade (56%) acreditava que agora era um bom momento para gastar. No Quênia, 69% dos entrevistados acreditavam que sua situação eco-

nômica era boa ou excelente, e 41% estavam confiantes em sua capacidade atual de gastos, um aumento de cinco pontos percentuais em relação ao terceiro trimestre. Da mesma forma, 66% dos entrevistados em Gana estavam otimistas sobre suas finanças, e 36% estavam confiantes sobre como gastar.

A confiança também aumentou oito pontos no Quênia (113) e cinco pontos em Gana (102) a partir do terceiro trimestre. A maioria dos entrevistados nos três países (70% em Gana, 61% na Nigéria e 59% no Quênia) não tem dinheiro de sobra, um nível que diminuiu no Quênia e Nigéria a partir do terceiro trimestre. Entre os que não têm fundos discricionários, a poupança era uma prioridade para 89% no Quênia, 86% na Nigéria, e 85% em Gana, seguido de gastos em projetos de melhoria da casa (73% no Quênia, 73% na Nigéria e 71% em Gana).

SOBRE A PESQUISA GLOBAL

A Pesquisa Global da Nielsen, que inclui o Índice de Confiança do Consumidor, foi criada em 2005. Esta Pesquisa Global Nielsen de Confiança do Consumidor e as intenções de gastos foram realizado nos dias 10 a 28 de novembro de 2014 e entrevistou mais de 30.000 consumidores online em 60 países em toda Ásia Pacífico, Europa, América Latina, Oriente Médio/África e América do Norte. A amostra tem quotas de idade e sexo de cada país com base em seus usuários de Internet e é ponderado para ser representante dos consumidores da Internet, possuindo uma margem de erro de \pm 0,6%. Esta pesquisa Nielsen é baseada apenas no comportamento dos entrevistados com acesso online. Taxas de penetração da Internet variam conforme o país.

A Nielsen usa um padrão mínimo de relato de 60% de penetração da Internet ou de uma população online de 10 milhões para a inclusão da pesquisa. O Índice de Confiança do Consumidor na China é compilado a partir de uma metodologia mista separada entre os 3.500 entrevistados no país.

Neste estudo, os países da África Subsaariana são constituídos de uma metodologia móvel separada entre os 1.600 entrevistados em Gana, Quênia e Nigéria. Estes três países foram adicionados na mensuração da Confiança do Consumidor no primeiro trimestre de 2014, utilizando uma metodologia de pesquisa móvel, o que difere da metodologia online usada para relatar a Confiança do Consumidor e as intenções de gastos para os outros 60 países descritos neste relatório da Nielsen. Desta forma, os três países da África Subsaariana não estão inclusos nas médias globais ou Oriente Médio/África, discutidos ao longo deste relatório.

Bi.lio.nár.ios – o que eles têm em comum além de noves zeros antes da vírgula?

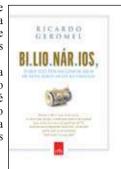
"Pergunte-se: o que você faria se acumulasse 1 bilhão de dólares? Você iria à praia, colocaria os pé para cima e viveria à sombra de um coqueiro? Se a resposta for: 'com 1 bilhão de dólares no bolso, eu nunca mais trabalharia!', desculpe, mas desista de se tornar bilionário.

Não é a acumulação de capital o que realmente motiva os bilionários! [...] Se você não sente prazer nos esforços do dia a dia e conta as horas para a chegada do fim de semana, é melhor rever sua atividade profissional, pois claramente não é assim que a maioria dos bilionários alcança o topo. Se a sua motivação é enriquecer para deixar de trabalhar, há grandes chances de que você esteja na estrada errada."

Quem quer ser um bilionário?

Foi com o objetivo de revelar o que os 1645 bilionários presentes na lista da FORBES possuem em comum além dos nove zeros antes da vírgula, que o administrador, empresário e ex-jornalista da Forbes Ricardo Geromel lança pela **Editora LeYa** o livro Bi.lio.nár.ios – o que eles têm em comum além de noves zeros antes da vírgula?

Geromel foi correspondente da divisão de bilionários na renomada Forbes EUA e é considerado um dos maiores especialistas no assunto. Ao longo de 3 anos na conceituada revista americana, ele percebeu que, para



muito além da fortuna, parece existir um mindset bilionário. A maioria absoluta dos mais ricos do mundo, portanto, possui algumas maneiras similares de pensar e agir.

"Independentemente das suas diversas personalidades, a maioria absoluta dos bilionários segue à risca os oito comportamentos que descrevo em detalhe neste livro. Percebi que os bilionários seguem esse conjunto de "regras" com uma rigidez alemã e não da maneira como os brasileiros são conhecidos por respeitar leis, ou seja, respeitamos apenas quando alguém está olhando ou com nosso (difícil de traduzir para outras línguas) "jeitinho". Meu objetivo principal é dissecar estas oito "regras" e, nas entrelinhas, compartilhar histórias curiosas e interessantes sobre bilionários".

Entre as curiosidades, o autor conta que 66% dos 1645 bilionários são empreendedores, 21% aumentaram a fortuna herdada e 13% são o que ele chama de espermas sortudos - aqueles que herdaram de um bilionário sua riqueza. A idade média dos bilionários é de 63 anos. Apenas 7, ou 0,6%, assumiram ser gays e 1473 são homens. De acordo com numeros da Forbes compilados por Geromel, o total da fortuna dos 1645 bilionários somada: \$ 6,4 trilhões (2,78 vezes mais do que o PIB do Brasil em 2013).

GAIA SILVA GAEDE & ASSOCIADOS

ADVOGADOS

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas

Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP Rua da Quitanda, nº 126 Fone: +55 11 3797-7400 e-mail: gaiasp@gsga.com.br RIO DE JANEIRO, RJ Av. Río Branco, 116 - 9° , 10° e 15° andares Fone: +55 21 2506-0900

e-mail: gaiarj@gsga.com.br

CURITIBA, PR Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar Fone: +55 41 3304-8800 e-mail: gaiapr@gsga.com.br

BELO HORIZONTE, MG Avenida do Contorno, 7069 Salas 508 a 512 Fone: +55 31 2511-8060 e-mail: gaiabh@gsga.com.br BRASILIA, DF SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124 Ala A Salas 519 e 521 Fone: +55 61 3327-9947 e-mail: gaiadf@gsga.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

Rio, Brasil, Brics

Paulo Nogueira Batista Jr.*

Cabe entrar com cidade competitiva e atraente na disputa para sediar fundo monetário do grupo

O Rio é a cidade emblemática do Brasil, a mais conhecida e a que mais interesse desperta no resto do mundo. O Brasil não pode perder oportunidades de se valer do Rio como fator de irradiação da influência do país. Nem deve perder oportunidades de fortalecer a cidade como polo internacional quando a ocasião se apresenta.

Digo isso a propósito das negociações em curso entre os países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Os cinco vêm trabalhando, desde 2012, para estabelecer um banco de desenvolvimento, o Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank, NDB) e um fundo monetário, o Arranjo Contigente de Reservas (Contingent Reserve Arrangement, CRA). Já falei a respeito nesta coluna. Os acordos do CRA e do NDB foram assinados em Fortaleza, ano passado. Estamos agora na fase de implantação e definição operacional das duas iniciativas.

Aqui entra o Rio. O NDB terá a sede em Xangai. O primeiro escritório regional será em Johanesburgo e haverá também um escritório regional no Brasil. A sede do CRA ainda não foi definida. Na negociação do NDB, o Brasil acabou não sendo adequadamente contemplado em algumas definições básicas. A China ficou com a sede e a Índia com a primeira presidência do banco. Corre-se o risco de que o NDB venha a ser essencialmente asiático, dominado pela China e pela Índia, sobretudo pela primeira, com os outros três desempenhando papel caudatário.

O Brasil não chegou a pleitear a sede do NDB, ficando sem fichas na negociação de alguns temas básicos. A Índia insistiu até o fim em sediar o banco e acabou levando a presidência.

Não devemos cometer o mesmo erro na definição da sede do CRA. Cabe entrar na disputa com cidade competitiva e atraente. O Rio seria a opção natural - até porque é a sede do nosso único banco de desenvolvimento com forte atuação internacional, o BNDES.

A China deseja sediar o CRA também em Xangai. Se prevalecer essa proposta, Xangai se transformaria na nova Washington - sede do banco e do fundo monetário do Brics. Os outros países apareceriam como linha auxiliar em duas iniciativas comandadas pela China.

O BNDES tem estado ausente do processo de negociação do NDB. É uma pena, porque o BNDES dispõe de recursos humanos de primeira linha, conhecimento especializado, ótimas instalações físicas e flexibilidade financeira, o que o tornaria muito útil na fase de implementação do CRA e do NDB, particularmente deste último.

O BNDES poderia, por exemplo, sediar o escritório regional do NDB para a América Latina e o Caribe. Poderia, também, abrigar o secretariado ou a unidade de surveillance do CRA, previstos no tratado que constituiu o arranjo. É importante que brasileiros estejam bem representados, desde o começo, nos quadros do NDB e do CRA. Em qualquer organização internacional, o corpo técnico tem, na prática, grande influência sobre a atuação da organização, em geral maior do que o previsto nos estatutos. O BNDES poderia contribuir de forma importante para a atração e formação de brasileiros para integrar os quadros do NDB.

Em suma, caberia ao Brasil buscar papel de destaque para o Rio e o BNDES na concretização das instituições que estão sendo constituídas pelo Brics.

Artigo publicado no jornal O GLOBO (6/03/2015)

^{*} Economista e diretor-executivo pelo Brasil e mais dez países no Fundo Monetário Internacional.

QUEM CONHECE CONFIA



TERCEIRIZE SUA CONTABILIDADE

Experiência, credibilidade e atendimento personalizado.

O melhor custo e beneficio para sua empresa, desde 1998.





Automatização e integração dos processos de RH

Glenn Johnson*

Folgas remuneradas ou programas de licença são parte importante do pacote de benefícios oferecido pelas empresas. Elas são reguladas por lei, são objetos de acordos coletivos de trabalho e aumentam significativamente os custos operacionais. Além disso, tais programas, sejam automatizados ou não, requerem gestão e aprovações que geram custos secundários e impactos na eficiência das corporações.

Este artigo foi escrito com base na realidade dos Estados Unidos, mas na essência, serve para nos estimular e ver como lidamos com a integração de sistemas, trazendo maior eficiência aos processos de RH das empresas.

Quando os departamentos de RH, Financeiro e TI são encarregados de implantar e gerenciar um sistema de folgas remuneradas, há um grande número de opções a serem avaliadas. Partes do processo de negócio de RH podem ser terceirizadas para um fornecedor de folha de pagamentos, de um sistema baseado na nuvem ou, também, outro sistema on premise pode ser adotado para esta finalidade.

Ao longo deste artigo, quando utilizado o termo "sistema", este estará sendo referido ao sistema automatizado utilizado para controlar os processos envolvendo as folgas remuneradas e programas de licença. Quando empregado o termo "programa", a referência pretendida é o conjunto de regras, políticas e procedimentos que compõem a governança do projeto.

Ao se avaliar o sistema de licenças utilizado, é importante ponderar se o mesmo suporta as características de seu programa de licença atual ou desejado, se permite o acesso fácil aos usuários necessários e se possui as proteções de segurança exigidas pela indústria e contexto regulatório.

Quando os analistas de negócios estão avaliando seu programa de licenças para determinar como é possível automatizá-lo, há alguns fatores-chave do programa que precisam ser entendidos:

Tradicional vs. Banco de horas. O seu programa de licenças será baseado em uma abordagem tradicional de horas pagas, no qual, férias, faltas por doença e por motivos pessoais serão creditados e monitorados separadamente, ou em uma abordagem de "banco de horas", no qual essas são contabilizadas juntas. Atualmente, ambas as abordagens são comumente empregadas, entretanto, o modelo de banco de horas vem crescendo de forma constante nos últimos 15 anos.

Algumas indústrias, como as de Saúde, utilizam amplamente a abordagem de banco de horas, enquanto que a abordagem tradicional tende a ser a favorita em grandes empresas.

Tipos de Folgas. Os tipos mais comuns de folga são as férias,

feriados, motivadas por doença ou por motivos pessoais. A maioria das empresas tende a ter regras específicas para luto, reunião de país na escola dos filhos e participação em júri, mesmo quando o modelo de banco de horas é empregado. Licenças sabáticas são relativamente incomuns.

Acúmulo versus Crédito. De acordo com a World at Work, cerca de 85% dos empregados acumulam tempo de folga ao invés de creditá-los em blocos anuais.

Transferências. Examine as políticas de transferência de horas. Qual é a quantidade máxima de horas que pode ser acumulada em cada categoria? Qual a quantidade de horas não utilizadas que podem ser transferidas?

Pagamentos para banco de horas não utilizado. A maioria das políticas reserva esse direito para funcionários em processo de rescisão, demissão ou aposentadoria. Se pagamentos por bancos de horas são permitidos para funcionários atuais, quais regras governam tal política?

Deficiências. Políticas especiais para funcionários que possuam deficiências de longo ou curto prazo precisam também ser consideradas.

Procedimentos de banco de horas. Procedimentos de solicitação e apresentação de relatórios envolvem notificações e processos de aprovação. Quando solicitações e aprovações não estão dentro das diretrizes da política, algumas consequências deverão ser reportadas e monitoradas.

Período de adaptação. Funcionários recém contratados que estão em período de adaptação podem estar sujeitos às políticas de banco de horas especiais. Por exemplo, quatro faltas durante o período de adaptação podem levar à demissão em muitas organizações.

Um sistema de folgas remuneradas vai, comumente, alimentar soluções conhecidas como ESS (Employee Self-Service), podendo ser automatizado em um portal de funcionários ou em um aplicativo móvel. Já que tais sistemas ESS são projetados, as questões citadas acima deverão ser bem compreendidas pelo analista de negócios. Soma-se a isso a necessidade de integração entre os sistemas especializados de banco de horas e os sistemas ERP ou de folha de pagamentos. Mesmo quando o banco de horas é gerenciado por um terceiro ou por um site baseado na nuvem, a integração ainda se mostra necessária.

Um analista de negócios bem preparado que tenha examinado todos os requisitos do sistema será capaz de fazer funcionar os requisitos, tanto do sistema tradicional de pagamento de horas, quanto do método de banco de horas, ajudando a trazer soluções efetivas para empregados, empregadores e gestores.

Setor de gerenciamento de documentos cresce mais que a economia



As empresas do setor de gerenciamento de documentos têm bons motivos para comemorar. Distantes do baixo crescimento que afeta outros setores da economia, as empresas dessa área vêm registrando crescimentos entre 15% a 25% nos últimos anos, na avaliação de Vicente Troiano, gerente de marketing da Recall no Brasil.

Para o executivo, o número de empresas que buscam a gestão profissional de documentos vem aumentando no país, seguindo tendência internacional no setor. "Antes, a gestão de documentos era apenas a guarda de papéis que não se usava mais. Era o conhecido arquivo morto. Hoje, a gestão documental mudou muito; ela atende desde os documentos físicos, digitais até terceirização de processos de negócios, seguindo rígidos padrões internacionais", explica o gerente de marketing.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Gerenciamento de Documentos (ABGD), os arquivos tipicamente ativos crescem 25% ao ano. A instituição avalia ainda que, no mínimo, 2/3 das informações guardadas pelas empresas em suas dependências podem ser removidas de onde estão, ou mesmo destruídas, por serem obsoletas. Esses documentos também podem ser transferidos para outras dependências ou estabelecimentos que gerem menores custos e despesas.

Leonardo Kimio Ogihara, especialista de infraestrutura da EDP (Energias de Portugal), explica que a companhia contratou os serviços da Recall para armazenar os documentos das treze empresas do grupo em um lugar seguro e confiável. A empresa visava também liberar um espaço ocupado na antiga sede da corporação em São Paulo, que representava um alto custo por metro quadrado. "Além disso, havia a necessidade de digitalizar toda a documentação como medida de segurança e de inovação em serviços, permitindo a consulta rápida de documentos via web, resultando numa melhor relação custo x benefício", afirma.

O especialista afirmou ainda que a gestão documental, antes da contratação da Recall, era feita manualmente, com altos custos e muito tempo dispensado para esta atividade. "Depois da contratação das soluções de outsourcing executados pela Recall, iniciamos a utilização de um sistema, via web, que nos trouxe agilidade e facilidade na localização da documentação, com otimização de tempo e dinheiro" afirma.

A Recall é líder global em gerenciamento dos ativos de informações sejam eles físicos ou digitais. As soluções da Recall capacitam as organizações a tomarem as melhores decisões de negócios utilizando todo o ciclo de vida documental enquanto seguem em conformidade com todos os requisitos legais, eliminando recursos, tempo e custos desnecessários. A Recall atende mais de 80 mil clientes em mais de 300 centros de informações espalhados em cinco continentes, em 23 países. No Brasil, a companhia está presente na região Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e também no Distrito Federal.

Jurisprudência

Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil

Lúcio Flávio Siqueira de Paiva *

Apresentação e estrutura do novo código

A sociedade em geral, e a comunidade jurídica em particular, tem acompanhado com atenção a tramitação do Novo Código de Processo Civil. Trata-se de nova legislação altamente impactante, pois que atingirá todos os milhões de processos em trâmite no Judiciário brasileiro. Na história recente, talvez somente a Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002 se comparem, em relevância, à legislação processual vindoura.

Nesse artigo, quero trazer duas temáticas: a primeira consiste, na verdade, em uma reflexão: precisaríamos, de fato, de um novo Código de Processo Civil? A segunda consiste na apresentação da estrutura geral do novo CPC.

À indagação que formulei no parágrafo anterior não hesito em responder negativamente.

É sabido que o maior problema do Judiciário brasileiro é a morosidade dos processos, que se arrastam por anos a fio sem que as partes recebam a solução para seus problemas jurídicos. A principal (ou única) justificativa para a aprovação de um Novo CPC é justamente o enfrentamento dessa morosidade. Por dois motivos, entretanto, o novo código não será capaz de resolver essa doença de nossa justiça: primeiro, porque a solução para a lentidão dos processos não passa por mudanças legislativas, mas sim pela melhoria da gestão e da estrutura do Poder Judiciário brasileiro; segundo, porque o Novo CPC, apesar de propagar uma simplificação do sistema processual com a consequente obtenção de celeridade, muito pouco avança nesse sentido em relação ao que já temos na legislação vigente; em alguns casos, torna a coisa ainda mais complexa...

No Brasil temos o péssimo hábito de achar que a edição de leis é suficiente para mudar a realidade. Ao

invés de enfrentar as verdadeiras causas, usualmente preferimos a solução mais fácil: criamos (mais) uma lei. Com a questão da crônica morosidade do Judiciário não foi diferente. Preferiu-se a criação de um novo código, ao invés de se discutir e enfrentar o real problema: a estrutura insuficiente – e ineficiente - do Poder Judiciário para atender à enorme demanda do cidadão pelo serviço jurisdicional. E não é preciso grande esforço argumentativo para provar a veracidade do que afirmo: basta ver que os ramos do Judiciário que se encontram bem estruturados prestam um bom serviço jurisdicional, tanto na qualidade, quanto na celeridade. Cito, em Goiás, os exemplos da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

Infelizmente, pouco adianta discutir a desnecessidade de um outro código, pois que a realidade é que esse novo diploma legal já se encontra na Presidência da República para sanção, após ter iniciado sua caminhada no Senado Federal em 2010 (PLS 166), indo à Câmara dos Deputados naquele mesmo ano (PL 8.046), tendo encerrado o processo legislativo novamente no Senado Federal, com aprovação do texto final em 17 de dezembro de 2014. A expectativa é que a sanção ocorra ainda neste mês de janeiro de 2015.

E se o Novo CPC é uma realidade inexorável, cumpre-nos estudá-lo, o que nos leva à segunda parte de nosso artigo de estreia: a estrutura do novo códex.

O Código de Processo Civil em vigor, datado de 1973, tem estrutura singela. É dividido em 5 Livros, sendo o Livro I dedicado ao processo de conhecimento, o Livro II ao processo de execução, o Livro III ao processo cautelar, o Livro IV aos procedimentos especiais e, finalmente, o Livro V às disposições finais e transitórias, que não mais têm aplicabilidade, pois serviram à transição do CPC de 1939 para o CPC de

1973. Já o Novo Código de Processo Civil tem estrutura bem mais sofisticada. A primeira grande inovação: a criação de uma Parte Geral para o CPC, dividida em seis livros: Livro I, das normas processuais civis; Livro II, da função jurisdicional; Livro III, dos sujeitos do processo; Livro IV, dos atos processuais; Livro V, da tutela provisória; Livro VI, da formação, suspensão e extinção do processo.

Sucede a Parte Geral uma Parte Especial, essa dividida em três livros: Livro I, do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença; Livro II, do processo d execução; Livro III, do processo nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais.

Teremos oportunidade, em artigos futuros, de explorar cada um desses novos livros; mas a leitura, ain-

da que superficial, dessa nova organização do Novo CPC, dá a exata dimensão de quantas novidades a nova lei nos traz. A criação de uma Parte Geral permitirá uma uniformidade de aplicação de matérias como prazos, atos e comunicação processual, independente do tipo de processo (conhecimento ou execução) ou de procedimento (comum ou especial), evitandose situações como as vividas atualmente, em que o profissional do direito vê-se obrigado, por exemplo, a aplicar ao processo de execução regras acerca de contagem e suspensão de prazos previstas para o processo de conhecimento, o que acarreta alta dose de insegurança jurídica. Elogiável, conquanto mais complexa, a nova estrutura do código.

* Advogado e sócio do GMPR – Gonçalves, Macedo, Paiva & Rassi Advogados.

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

- BIÊNIO 2015/2017 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Márcio João de Andrade Fortes Vice-presidente - Theophilo de Azeredo Santos

Membros - Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Jorge Saul Doctorovich, José Carlos Monteiro, Roberto Procópio de Lima Netto, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien.

DIRETORIA

Presidente - Ricardo Emmanuel Vieira Coelho 1º Vice-presidente - Gustavo Damázio de Noronha Vice-presidentes - Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.

Diretor Executivo - Marcos Chouin Varejão.

CONSELHO FISCAL

Presidente - Claudio Roberto Contador

Membros - Luiz Affonso Neiva Romano e Raul Christiano de Sanson Portella

Suplentes - Aldo Henrique Ramos, Jorge Nisenbaum e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.

CONSELHO CONSULTIVO

Conselheiros - Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Secretário Geral - Marcos Chouin Varejão.

Diretoria Adjunta

Diretores - Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz e Roberto Haddad.

- Revista IBEF —

Conselho Editorial

Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Paes

Editor Responsável

Eduardo Cantidiano

Jornalista

Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição

Simone Lira e Graziele Costa

Programação Visual

Red Design Comunicação

Publicidade e Marketing

EC - Editora e Comunicação Eduardo Cantidiano e.cantidiano@openlink.com.br (21) 99619-0771

Fotos

Banco de imagens Red Design

Confira os 12 erros mais comuns no preenchimento da declaração do IR

Este ano os contribuintes poderão contar com o aplicativo "Rascunho" para diminuir a incidência de erros

• Dr. Francisco Arrighi, diretor da Fradema Consultores Tributários

Grande parte dos contribuintes que caem em malha fina, apresentam deslizes insignificantes que ocorrem durante o preenchimento do formulário da declaração. Os mais comuns são os erros de digitação e omissão de rendimentos tributáveis e estes contribuintes representam uma parcela anual de aproximadamente 30%. Para 2015 a Receita Federal estima a recepção da declaração de cerca de 27 milhões de declarantes.

Este ano os contribuintes também poderão contar com a possibilidade de fazer o "rascunho da declaração" pelo novo programa criado pela RFB para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014. O programa e aplicativo que podem ser baixados direto no sitio do órgão e utilizados até o dia 28 de fevereiro, oferece preenchimento simples e autoexplicativo, onde as informações nele lançadas, posteriormente, poderão ser transferidas para a declaração cujo formulário será liberado em 02 de março.

Por isso, oriento os declarantes que não ferem preencher o rascunho a também não deixarem para última hora a análise das despesas que serão inclusas no documento, pois isso poderá aumentar consideravelmente a ocorrência de erros, já que o contribuinte tende a realizar o preenchimento com pressa e alguns detalhes importantes acabam passando despercebidos. "É sempre melhor, caso não tenha tomado todas as providências necessárias, além de mais prudente, preencher a declaração com antecedência e sempre que possível com a assessoria de um profissional especializado, que orientará o contribuinte a forma correta de preenchimento da declaração"

Com o intuído de auxiliar os contribuintes para a declaração do Imposto de Renda 2015, a Fradema Consultores Tributários disponibiliza uma lista com os 12 erros mais frequentes na declaração que consequentemente ocasionam na inclusão na malha fina. São eles:

- 1 Digitar o ponto (.), em vez de vírgula (,), considerando que o programa gerador da declaração não considera o ponto como separador de centavos.
- 2 Não declarar todos os rendimentos tributáveis recebidos, como por exemplo: salários, pró-labores, proventos de aposentadoria, aluguéis etc.

- 3 Não declarar o rendimento tributável recebido pelo outro cônjuge, quando a opção for pela declaração em conjunto.
- 4 Declarar o somatório do Imposto de Renda Retido na Fonte descontado do 13º salário, ao Imposto de Renda Retido na Fonte descontado dos rendimentos tributáveis e descontar integralmente este somatório do imposto devido apurado.
- 5 Declarar o resultado da subtração entre os rendimentos tributáveis e os rendimentos isentos e não tributáveis, ambos informados no comprovante de rendimentos fornecidos pela fonte pagadora (empresa).
- 6 Declarar prêmios de loterias e de planos de capitalização na ficha "Rendimentos Tributáveis", considerando que esses prêmios devem ser declarados na ficha "Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/ Definitiva.
- 7 Declarar planos de previdência complementar na modalidade VGBL como dedutíveis, quando a legislação só permite dedução de planos de previdência complementar na modalidade PGBL e limitadas em 12% do rendimento tributável declarado.
- 8 Declarar doações a entidades assistenciais, quando a legislação só permite doações efetuadas diretamente aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e limitadas em até 6% do imposto devido.
- 9 Declarar Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/ Definitiva, como Rendimentos Tributáveis, como por exemplo o 13º salário.
- 10 Não declarar os Ganhos ou Perdas de Capital quando são alienados bens e direitos.
- 11 Não declarar os Ganhos ou Perdas de Renda Variável quando o contribuinte opera em bolsa de valores.
- 12 Declarar despesas com planos de saúde de dependentes não relacionados na declaração do IR.



NÃO ENFRENTE FILAS

VISITE 0
CORCOVADO
COM CONFORTO
E SEGURANÇA

Garanta seu bilhete com hora marcada!



Empreender é construir o destino de nossa cidade



Empreender é direcionar esforços, forjar parcerias e estreitar laços para alcançar objetivos.

Com o olhar voltado para o futuro de nossa cidade, a Carvalho Hosken constrói mais do que empreendimentos, abrindo caminhos para uma nova forma de viver, trabalhar e se divertir na Barra da Tijuca.

Nesta nova etapa do desenvolvimento da região, negócios se estabelecem e oportunidades são criadas, ampliando as possibilidades de quem acredita e trabalha pelo crescimento do Rio de Janeiro.

